

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO**

MAYARA PÉROLA MACIEL DOS SANTOS

**O QUE COMUNICA O CORPO DO BEBÊ? Metodologia IRDI e
constituição do laço educador- bebê no serviço de acolhimento**

RECIFE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO**

MAYARA PÉROLA MACIEL DOS SANTOS

**O QUE COMUNICA O CORPO DO BEBÊ? Metodologia IRDI e
constituição do laço educador- bebê no serviço de acolhimento**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco–UFRPE/FUNDAJ como obtenção do título de mestre em Educação, Culturas e Identidades.

Orientadora: Prof^o Dr^a Pompéia Villachan-Lyra

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237q Santos, Mayara Pérola Maciel dos
O QUE COMUNICA O CORPO DO BEBÊ? : Metodologia IRDI e constituição do laço educador- bebê no serviço de acolhimento / Mayara Pérola Maciel dos Santos. - 2022.
90 f.
- Orientadora: Pompeia Villachan .
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2023.
1. Acolhimento institucional. 2. Laço educador-bebê. 3. Psicanálise. 4. Metodologia IRDI. I. , Pompeia Villachan, orient. II. Título

CDD 370

MAYARA PÉROLA MACIEL DOS SANTOS

**O QUE COMUNICA O CORPO DO BEBÊ? Metodologia
IRDI e constituição do laço educador- bebê no serviço de
acolhimento.**

Banca Examinadora

Pompéia Villachan e Lyra (Orientadora - UFRPE)

Marisa Amorim Sampaio Cunha (Examinadora externa –PPG/UNICAP)

Emmanuelle Christine Chaves da Silva (Examinadora interna - UFRPE)

RECIFE

2023

O sol, manhã de flor e sal
E areia no batom,
Farol
Saudades no varal vermelho, azul, marrom
Eu sou cordão umbilical
Pra mim nunca tá bom
E o sol queimando o meu jornal,
Minha voz, minha luz, meu som
Todo homem precisa de uma mãe
(Zeca Veloso).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu o fôlego de vida, e força em momentos muito difíceis e doídos. Ele me fez chegar até aqui, não tenho palavras para agradecê-lo por tudo que fez por mim.

À minha família (mãe, pai e irmã) que apesar das dificuldades, apostam no meu caminho acadêmico e me ensinaram que o conhecimento é o maior poder que temos.

Aos meus amigos, Gabriela Telino, Josué, Fernanda, Carol, Lívia, Andréa, Felipe, e Igor que acompanharam todo esse percurso e sempre estiveram presentes e na escuta das dificuldades de escrever uma dissertação em uma pandemia. Eu nem consigo agradecer o suficiente por toda força e aposta que vocês fazem em mim, amo muito todos vocês.

As amigas do mestrado, Evellyn, e Gitana que compartilharam comigo as angústias e experiências da vida acadêmica, e apesar de tudo temos um lema: viver não cabe no lattes, chegamos ao fim desse caminho, amigas!

À Lilian, Mayara Sequeira e Keise, pela partilha, trocas e angústias compartilhadas sobre escrever e sobreviver ao fim de mestrado.

Ao meu namorado Bruno, que me acolheu, me acalentou e cedeu seu lar para eu concluir a minha escrita, te amo demais!

À querida Pompéia, minha orientadora pela paciência, pela aposta e por ter topado me orientar, é sempre uma honra partilhar conhecimento com você.

Ao meu analista, Nelson, por ter me escutado nos momentos mais dolorosos e me ajudado a colocar em palavras, o que era tão doído e por ter apostado em mim de uma forma tão potente e bonita- a psicanálise me salva todos os dias.

À instituição de acolhimento pesquisada que foi disponível e acolhedora, e as educadoras que toparam realizar as entrevistas e aos bebês Alceu e Martins.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior/CAPES por ter me concedido 1 ano de bolsa, e que ajudou principalmente na fase da qualificação desta pesquisa.

RESUMO

Antes da promulgação do ECA, as crianças eram vistas e atendidas sob uma lógica assistencialista e higienista, não eram consideradas como sujeitos de direitos. A institucionalização como uma marca histórica do Brasil, estendeu durante anos esse tipo de cuidados que focados no organicismo, deixavam de lado a constituição psíquica da criança pequena. No acolhimento, é o educador social que vai se ocupar dos cuidados com o bebê e seu corpo, assim como precisa em alguma medida encarnar a função materna, para que possa haver sustentação e o bebê possa se constituir psiquicamente, sem maiores entraves em seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, temos como *objetivo geral* nesta pesquisa: Compreender como se constitui o laço entre educadora e o bebê e seu corpo, numa instituição de acolhimento em Recife-PE. E como *objetivos específicos*: a) Analisar as concepções que as educadoras sociais/cuidadoras têm da relação estabelecida com o corpo do bebê no serviço de acolhimento; b) Descrever como se dá o laço entre educadora e bebê, durante os momentos de cuidados na rotina; c) Analisar a partir dos registros videográficos como se dá o enlaçamento entre educadora/cuidadora e bebê no serviço de acolhimento, tendo como referência os indicadores do IRDI (Indicadores Clínicos de Riscos de Sofrimento Psíquico) que articulam constituição psíquica e imagem corporal.

Nesta conjuntura nos apoiamos no pressuposto teórico da psicanálise Freud-lacaniana, que nos permitiu fazer uma análise aprofundada tanto das entrevistas realizadas com as educadoras que atuam com os bebês no serviço de acolhimento, quanto para aprofundar as discussões no que percebemos nas cenas interativas selecionadas no banco de dados no NINAPI, sobre o eixo corporal do bebê nos momentos de cuidados. No que concerne a análise dos resultados, foi possível perceber as nuances da transferência e das ambivalências que circundam as educadoras sobre que lugar ocupam na relação com os bebês, assim como refletir sobre os perfis de cuidado das educadoras nessa pesquisa, teorizando sobre a função estruturante do seu papel no que diz respeito a constituição psíquica e do eu corporal da criança. Percebemos também nas cenas, resquícios de cuidados mais mecânicos e de comunicação mínima com os bebês, e que apesar dos desafios, as educadoras conseguem perceber as manifestações psíquicas do bebê, assim como fica evidente em algumas falas, a passagem do orgânico à pulsão. Com isso compreendemos, que apesar dos desafios no espaço do acolhimento, foi possível constatar a presença da maioria dos indicadores do IRDI que articulam a constituição do laço educador-bebê e a montagem da imagem corporal da criança. Registra-se, portanto com veemência que é possível estar atento ao bebê e seu desenvolvimento no serviço de acolhimento e construir um ambiente que possa garantir a promoção de sua saúde mental, assim como a prevenção de sofrimento psíquico e entraves no seu desenvolvimento. Para isso reiteramos, a importância de promover um espaço de escuta as educadoras no serviço de acolhimento, a fim de refletir sobre a prática com bebês e ressaltar o lugar da formação buscando trabalhar as nuances afetivas e relacionais que estão em jogo nesse processo.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Laço educador-bebê; Psicanálise; Metodologia IRDI.

ABSTRACT

Before the promulgation of the ECA, children were seen and cared for under a care and hygienist logic, not considered as subjects of rights. Institutionalization as a historical mark of Brazil, extended for years this type of care that focused on organicism, left aside the psychic constitution of the small child. In welcoming, it is the social educator who will take care of the baby and his/her body, as well as need to some extent embody the maternal function, so that there can be support and the baby can constitute itself psychically, without major obstacles in its development. In this perspective, we have as a general objective in this research: To understand how the bond between educator and the baby and her body is constituted, in a host institution in Recife-PE. And as specific objectives: a) To analyze the conceptions that social educators/caregivers have of the relationship established with the baby's body in the reception service; b) Describe how the bond between educator and baby occurs during the moments of care in the routine; c) To analyze from the videographic records how the relationship between educator/caregiver and baby takes place in the reception service, having as reference the indicators of the IRDI (Clinical Indicators of Risks of Psychic Suffering) that articulate psychic constitution and body image. In this context we rely on the theoretical assumption of Freud-Lacanian psychoanalysis, which allowed us to make an in-depth analysis both of the interviews conducted with the educators who work with the babies in the reception service, and to deepen the discussions in what we perceive in the interactive scenes selected in the ninapi database, about the body axis of the baby in the moments of care. Regarding the analysis of the results, it was possible to perceive the nuances of the transference and ambivalences that surround the educators about what place they occupy in the relationship with the babies, as well as to reflect on the care profiles of the educators in this research, theorizing about the structuring function of their role with regard to the psychic constitution and the body self of the child. We also noticed in the scenes, remnants of more mechanical care and minimal communication with babies, and that despite the challenges, educators can perceive the psychic manifestations of the baby, as is evident in some speeches, the passage from organic to drive. With this we understand that despite the challenges in the reception space, it was possible to verify the presence of most irdi indicators that articulate the constitution of the educator-baby bond and the assembly of the child's body image. It is vehemently recorded that it is possible to be attentive to the baby and its development in the reception service and to build an environment that can guarantee the promotion of its mental health, as well as the prevention of psychic suffering and obstacles in its development. For this, we reiterate the importance of promoting a space for listening to educators in the reception service, in order to reflect on the practice with babies and to highlight the place of training seeking to work the affective and relational nuances that are at stake in this process.

Keywords: Institutional reception; Educator-baby place; Psychoanalysis; IRDI methodology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Bebês registrados no banco de dados.....	38
Tabela 2- Educadoras registradas no banco de dados.....	39
Tabela 3- Tempo de registro dos cuidados entre educadoras e bebês.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
OBJETIVOS.....	15
CAP 1. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	16
1.1 <i>Contexto histórico do serviço de acolhimento no Brasil.....</i>	16
1.2 <i>Marcos legais da proteção e cuidados da primeira infância.....</i>	18
1.3 <i>Como os bebês chegam no serviço de acolhimento?.....</i>	19
CAP 2. POR UM CUIDAR QUE APOSTE NA SUBJETIVAÇÃO: A PSICANÁLISE ENTRELACADA À ROTINA COM OS BEBÊS NO ACOLHIMENTO.....	23
2.1 <i>Quem é o bebê para a psicanálise?</i>	24
2.2 <i>A função estruturante do educador na relação com o bebê no acolhimento.....</i>	26
CAP 3. METODOLOGIA IRDI E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA: O OLHAR PARA O CORPO DO BEBÊ NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO.....	29
3.1 <i>Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil: Do que se trata o IRDI?.....</i>	29
3.2 <i>Porque olhar para o corpo do bebê?.....</i>	32
CAP 4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	36
4.1 <i>Natureza da pesquisa.....</i>	36
4.2 <i>Lócus da pesquisa.....</i>	37
4.2.1 <i>A instituição de acolhimento.....</i>	37
4.3 <i>Os participantes da pesquisa.....</i>	37
4.4 <i>O instrumento IRDI.....</i>	39
4.5 <i>Análise dos registros.....</i>	40
4.5.1 <i>Análise das videografias.....</i>	40
4.5.2 <i>Análise das entrevistas.....</i>	42
4.6 <i>Aspectos éticos da pesquisa.....</i>	43
CAP 5. CONCEPÇÕES DE CUIDADO NA ROTINA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	
5.1 <i>Que lugar ocupam as educadoras na relação com o bebê no serviço de acolhimento?.....</i>	46
5.1.1 <i>Como é a chegada de um novo bebê na instituição?.....</i>	46
5.2.1 <i>Entre tabus e afetos: atravessamentos inconscientes na relação entre bebês e educadoras no acolhimento.....</i>	50
CAP 6. INDICADORES IRDI, IMAGEM CORPORAL E ENLACES ENTRE EDUCADORAS E BEBÊS NO ACOLHIMENTO.....	57
6.1 <i>Enlaces no serviço de acolhimento: educadora Betânia.....</i>	57
6.2 <i>Enlaces no serviço de acolhimento: educadora Sílvia.....</i>	64
PALAVRAS FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	81
ANEXO	85

INTRODUÇÃO - (APROXIMAÇÃO DO TEMA)

O interesse em pesquisar sobre a primeira infância em situação de vulnerabilidade social advém da minha prática profissional enquanto psicóloga em clínicas-escola, e também da experiência como pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Neuropsicologia, Afetividade, Aprendizagem e Primeira Infância (NINAPI)¹. No ano de 2017, como proposta do NINAPI, deu-se início a uma pesquisa sobre vulnerabilidades e risco em contexto de acolhimento institucional na primeira infância no município de Recife, cujo objetivo era o de investigar os impactos do acolhimento no desenvolvimento do bebê, tanto no viés neuropsicológico quanto de sua constituição psíquica.

A partir desse contato com as instituições de acolhimento da região metropolitana do Recife, foi possível observar e analisar as relações estabelecidas entre educador social e bebê, no que diz respeito à rotina de cuidados. Como resultado preliminar, a partir da metodologia IRDI², identificamos que alguns bebês apresentavam “ausência” em indicadores que faziam referência à suposição de sujeito e estabelecimento da demanda, o que nos convocou, enquanto pesquisadores, a atentar para a qualidade dos vínculos que aconteciam no serviço de acolhimento. Emerge a partir dessas análises e experiências, o desejo de compreender como se estabelecem as interações entre o educador e bebê, tomando o corpo do bebê (constituição da imagem corporal) como algo que se articula à constituição psíquica, que é a ênfase desta pesquisa.

No que concerne às pesquisas em torno do desenvolvimento da primeiríssima infância (0 a 3 anos)³ no serviço de acolhimento institucional, Garcia e Souza (2013) apontam para a escassez de debates e reflexões a respeito do tema. Sobre isso destacamos que, mesmo diante de políticas

¹ Grupo de pesquisa associado ao Departamento de Educação da UFRPE, coordenado pela Prof. Dr^a Pompéia Villachan-Lyra, que tem como proposta realizar pesquisas e debates em torno da primeira infância.

² Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI), instrumento criado por um grupo de pesquisadores e psicanalistas interessados na constituição psíquica do bebê (0 a 18 meses), contém 31 indicadores, divididos em quatro eixos de subjetivação, que investiga possíveis riscos ao desenvolvimento, e sugerem detecção precoce para que se possa intervir a tempo (KUPFER et al, 2009).

³ Nessa pesquisa nos referimos a “bebê” a criança que tem de 0 a 18 meses.

públicas que evidenciam a importância do desenvolvimento na primeira infância e que asseguram os direitos da criança, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), ainda se faz necessário articularmos sobre a função educativa do educador, no que se refere aos cuidados, sobretudo no seu papel na constituição psíquica do bebê.

Nesse sentido, ao falar de serviço de acolhimento no Brasil, faz-se importante abordar a construção histórica e sobretudo política, educativa e humana, que se articulam nesse processo. De uma forma breve, do ponto de vista histórico, podemos perceber que as primeiras instituições voltadas ao cuidado de bebês e crianças, no Brasil, eram conhecidas como roda dos expostos e eram administradas pelas Santas Casas de Misericórdia, instituições católicas que foram se formando no Brasil, desde o século XVI, e tinham como objetivo cuidar dos desvalidos, entre os quais, bebês que eram abandonados em sua porta (BRIDON, 2019). A partir de dados dos relatórios que fazem referência a esse tempo de institucionalização (Torres, 2006), se evidencia a dificuldade nos cuidados aos bebês, pelas criadeiras –pois haviam poucos materiais, a higiene era precária, que se refletiam também na impossibilidade de construir um laço com o bebê.

Os bebês recebiam os cuidados das criadeiras –que eram mulheres da cidade que tinham como serviço criar as crianças até os seis anos de idade (se fossem meninas), e os sete, caso fossem meninos, recebendo um salário por esses cuidados. As criadeiras poderiam cuidar das crianças em suas residências ou nas dependências das rodas. Caso elas quisessem continuar cuidando das crianças, após os sete anos, seu trabalho não seria mais remunerado (BRIDON, 2019). A alta taxa de mortalidade infantil nesse tempo demonstra que os cuidados que se restringem ao orgânico não é garantia para que um bebê sobreviva e se desenvolva. Desta forma, a dificuldade do laço entre o adulto cuidador e o bebê revela-se como um fator causador dessa situação, o que reitera a importância das relações afetivas nos primeiros anos de vida da criança.

Durante muitos anos a institucionalização, fora vista como algo que poderia trazer impactos negativos para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Spitz (2004) em seu estudo clássico, evidencia os efeitos que a privação afetiva causara nos bebês. Nesse sentido, a repercussão de seu viés assistencialista e higienista – no que se refere à institucionalização - acabava

excluindo do debate a importância do vínculo entre educadores e crianças/adolescentes e a singularidade que cada história tem. As crianças e adolescentes não eram considerados "sujeitos de direitos".

Com a Constituição Federal em 1988 e a promulgação do ECA (1990), as crianças e o adolescentes passaram a ser vistos como "sujeitos de direitos" e como aqueles que precisam ser cuidados e protegidos pelo Estado, caso sejam violados em seus direitos básicos e humanos. Neste sentido, políticas públicas foram sendo criadas para que pudessem abarcar a complexidade das relações humanas e que pudessem prestar um serviço de qualidade, ligado à assistência social. Assim, no ano de 2006, o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, é elaborado como objetivo de fortalecer o que o ECA define.

Passam a ser definidas, então, modalidades de acolhimento para responder às demandas e necessidades de cada criança e adolescente, o que leva em consideração um conjunto de fatores: "perfil e processo de desenvolvimento da criança ou adolescente; a idade; histórico de vida; motivos do acolhimento; tempo previsto do acolhimento; vínculos de parentesco" (NOGUEIRA, 2017, p. 4).

Pensando as modalidades de acolhimento no cenário brasileiro, é válido ressaltar que há uma série de orientações técnicas (BRASIL, 2009a) que regem e normatizam, onde a criança ou adolescente ficará de forma provisória, caso haja violação de direitos. São quatro modalidades de acolhimento: abrigo institucional, a casa-lar, a família acolhedora e a república. O contexto da nossa pesquisa evidencia a modalidade de "abrigo institucional", o modelo mais utilizado no Brasil, chegando a ocupar cerca de 77,3% do serviço (BRASIL, 2013). Partindo de tais questões, é importante colocar que o acolhimento institucional entra em cena quando a criança ou adolescente sofre algum tipo de violação em seus direitos, que podem envolver situações de negligência, abandono e/ou falta temporária de condições de cuidado, muitas vezes relacionadas a questões de dificuldades financeiras (SERRANO, 2011).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (art.101,1990, p.32), o acolhimento nestes casos possui uma função importante e bem específica, que é o de oferecer uma "proteção provisória e excepcional, destinado à crianças e adolescentes que foram privados da convivência familiar e que se encontram em

situação de risco pessoal ou social ou ainda que tiveram seus direitos violados”. Ou seja, a casa de acolhimento deve apresentar-se como um local seguro, acolhedor, e desprovido de qualquer tipo de violência que a criança vivenciara muitas vezes, em sua família de origem.

Situando o serviço de acolhimento em Pernambuco, segundo as informações do CadSUAS (Sistema único de Assistência Social) base de dados de julho de 2022, o Estado de Pernambuco conta com 75 (setenta e cinco) serviços de acolhimento para crianças e adolescentes nas modalidades de abrigo institucional, casa lar e família acolhedora, distribuídas em regiões: Recife, região Metropolitana do Recife, Zona da mata, Agreste, Sertão e São Francisco. Os serviços estão presentes em apenas 44 (quarenta e quatro) municípios, e isso revela que existe uma cobertura insuficiente para atendimento das demandas. Dessa forma, no município do Recife onde foi realizada a pesquisa e coleta de dados, se encontram o quantitativo de 16 casas de acolhimento. Segundo dados estatísticos do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção (SSA) do mês de agosto de 2022, em Pernambuco no que diz respeito a faixa etária de 0 a 3 anos de idade, encontram-se sob os serviços de proteção social especial de alta complexidade do SUAS, 194 crianças.

A discussão sobre a função do educador social liga-se de forma direta à questão socioeducativa, pois tem como objetivo emancipar a criança e garantir-lhes seu estatuto enquanto sujeito de direitos. Nesse campo podemos situar a existência de leis importantes que defendem que o acolhimento seja um espaço de cuidados e de educação, aqui reiteramos, educação que abra possibilidades de subjetivação do bebê.

É aí que o corpo do bebê entra em cena, pois quando falamos em constituição psíquica, não estamos dissociando os cuidados dispensados ao corpo do *infans*⁴, mas situamos um corpo pulsional que se dá, na relação com esse adulto que erogeiniza, e supõe a existência de um sujeito no bebê. Dessa forma, o corpo do bebê traz em si uma história precedente à sua chegada no acolhimento. Assim, o corpo é um indicador importante no que se refere a como está se encaminhando o desenvolvimento psíquico do bebê.

⁴ O termo *infans* se refere ao bebê, numa condição pré-verbal - antes da linguagem (GOLSE, 2003, p.81).

A partir de tais questões, situamos a discussão dessa pesquisa, no que concerne à constituição psíquica do bebê, numa articulação com seu corpo, sob o aporte da teoria psicanalítica e da metodologia IRDI, utilizando da compreensão de Freud, dentre outros autores psicanalíticos para compreender como se dá essa relação. Refletindo sobre esses aspectos, buscaremos responder às seguintes questões de pesquisa: **1.** Como se dá o enlaçamento entre educadora social e bebê no serviço de acolhimento? **2.** Como se revelam os cuidados das educadoras dirigidos ao corpo do bebê no acolhimento?

Nessa perspectiva, apresentamos também os objetivos que norteiam esta dissertação, sendo o objetivo geral: Compreender como se constitui o laço entre educadora e o bebê e seu corpo, numa instituição de acolhimento em Recife-PE. E como objetivos específicos: a) Analisar as concepções que as educadoras sociais/cuidadoras têm da relação estabelecida com o corpo do bebê no serviço de acolhimento; b) Descrever como se dá o laço entre educadora e bebê, durante os momentos de cuidados na rotina; c) Analisar a partir dos registros videográficos como se dá o enlaçamento entre educadora/cuidadora e bebê no serviço de acolhimento, tendo como referência os indicadores do IRDI (Indicadores Clínicos de Riscos de sofrimento Psíquico) que articulam constituição psíquica e imagem corporal.

A partir dessas considerações, colocamos que esse trabalho está dividido em seis capítulos, mais referências, apêndices e anexo. No **primeiro capítulo**, fizemos um levantamento do contexto histórico da institucionalização no Brasil, destacando em que momento os bebês começam a ser acolhidos e como eram pensadas a relação do adulto com o bebê; evidenciaremos também a passagem da lógica assistencialista e higienista para a construção de políticas públicas que lutam e visam assegurar às crianças e adolescentes seus direitos. Reiteramos também leis e marcos de proteção que evidenciam a importância da primeira infância e das relações afetivas no serviço de acolhimento.

No **segundo capítulo**, buscamos discutir sobre o laço educador e bebê no serviço de acolhimento, abordando sob o aporte da teoria psicanalítica, a função educativa do educador na rotina de cuidados ao bebê, discorrendo sobre

o processo de constituição psíquica, a partir da relação com o Outro⁵ na “construção” do corpo pulsional e imagem corporal do sujeito em constituição.

Já no **terceiro capítulo**, trouxemos a discussão sobre a Metodologia IRDI, compreendendo suas articulações nas políticas públicas da primeira infância, evidenciando os eixos de subjetivação com a educação no serviço de acolhimento. Além disso, reiteramos que o corpo do bebê apresenta-se enquanto potência de desenvolvimento, e que não é dissociável de sua constituição psíquica, podendo dar a ver, quando algo não vai bem em seu desenvolvimento. Situamos nossas reflexões em torno do sofrimento psíquico no tempo da primeiríssima infância, e dos indicadores do IRDI, que fazem referência à imagem corporal, reiterando a detecção precoce e intervenção.

No **quarto capítulo**, apresentamos o percurso metodológico dessa pesquisa, e discorremos sobre a natureza da pesquisa, os participantes, instrumentos, o banco de dados que usamos, procedimentos de análise dos dados e considerações éticas. Elegeu-se o método qualitativo, tendo em vista sua coerência aos objetivos descritos, e também ao instrumento em pauta nessa pesquisa, já que fizemos uma análise qualitativa dos dados.

No **quinto capítulo**, buscamos apresentar as concepções de cuidado que as educadoras apresentaram por meio das entrevistas, no que concerne à rotina com o bebê no acolhimento, como resultado da primeira parte da análise dos dados dessa pesquisa, refletindo acerca da constituição psíquica, imagem corporal e laço educadora- bebê, explicitando a luz da teoria psicanalítica, as nuances e atravessamentos inconscientes que aparecem nos discursos.

Por fim, no **sexto capítulo** e último capítulo, buscamos apresentar e analisar quatro episódios selecionados do banco de dados do NINAPI, que fazem referência a como se dá o enlaçamento entre cada bebê com as educadoras, participantes dessa pesquisa. Utilizamos então, do instrumento IRDI, enquanto leitura possível para a análise das cenas interativas na rotina de cuidados das educadoras com os bebês, estabelecendo perfis de cuidados das educadoras e descrevendo os indicadores que aparecem na relação, a fim de compreender como são percebidas a relação com o corpo do bebê no serviço de acolhimento.

⁵ Este termo faz referência ao que Lacan e faz referência ao Outro primordial- inicia com a letra “o” maiúscula. Pode ser lido como aquele/aquela que encarna a função materna, na relação com o bebê.

CAPÍTULO 1. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E CENÁRIO BRASILEIRO

1.1 Contexto histórico do serviço de acolhimento no Brasil

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o Brasil é atravessado culturalmente pelas relações com a prática da institucionalização, o que pôde ser observado desde o período colonial, com a criação de colégios internos, asilos, seminários, reformatórios, dentre outras modalidades educacionais e de cunho assistencialista. Dessa forma, os espaços de internação surgem como uma forma de controle social, educacional e política, tendo em vista o crescimento da população mais pobre. “A categoria ‘menor’ é construída para designar a criança objeto da Justiça e da Assistência, tornando-se o alvo das políticas de internação”(p. 9). Essa forma de compreender a criança, acabou reforçando a exclusão e a herança de uma cultura desigual e estereotipada.

A reclusão acaba sendo o destino das crianças e adolescentes pobres, e que eram em sua grande maioria, “meninos e meninas índios, ou filhos de escravas e libertas que passaram por asilos, institutos e colégios” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.22).

Pensando a institucionalização na primeira infância, é válido colocar que o sistema das Rodas de expostos surgiu na Europa católica, especificamente na França e Portugal e acolheu milhares de crianças que foram abandonadas. Em relação ao Brasil, essa modalidade de atendimento foi iniciativa da Santa Casa de Misericórdia, durante o período colonial e evitou que muitos bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas. Os bebês eram entregues na roda, geralmente por mães que queriam ocultar o fato de gerar um filho ilegítimo ou que não possuíam condições para criá-lo, tudo isso acontecia sob forma de anonimato. Dessa forma, as instituições responsáveis pela educação das crianças surgem no Brasil colonial como uma ação educacional direcionada pelos Jesuítas, principais agentes educacionais até o século XVIII. Criaram então escolas elementares que tinham por objetivo ensinar as crianças menores das aldeias e vilarejos a ler, escrever, enquanto que os colégios eram restritos aos filhos das famílias abastadas.

Ainda conforme Rizzini e Rizzini (2004), no Brasil, aproximadamente 13 rodas dos expostos foram criadas, para tentar acolher ao máximo a quantidade de bebês, no entanto, o número de bebês abandonados nos países europeus,

era assustadoramente superior em relação ao Brasil. Esse sistema perdurou até meados do século XX em nosso país. Nesse sentido, para tentar dar conta das demandas de cuidado, entram em cena as amas-de-leite que, em sua grande maioria, eram escravas contratadas pela Santa Casa de Misericórdia para amamentarem os bebês ou as criadeiras - mulheres que moravam nas redondezas que aceitavam o ofício de cuidar das crianças. Porém, a amamentação artificial era um risco aos bebês, tendo em vista a ausência de medidas de higiene adequadas, e a dificuldade em estabelecer um laço com o bebê, o que ocasionou um alto índice de mortalidade infantil, alvo de discussões na Europa no século XX, pelos críticos reformadores e higienistas, que evidenciavam a pauta sobre o abandono de crianças.

O Brasil começa a participar dessas discussões (até então desconhecidas) somente no século XX, quando passa pelo processo de organização da assistência à infância, cuja interferência vinha do Estado no que se refere ao atendimento de bebês abandonados. Inicia-se, a partir de então, uma série de mudanças significativas.

A partir da década de 1980, a cultura da institucionalização brasileira começa a ser interrogada, pois até então o termo internato de menores abrangia “todas as instituições de acolhimento, provisório ou permanente, voltadas ao atendimento de órfãos, carentes e delinquentes, mantendo a ideia de confinamento” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.45). O Brasil atravessava uma ditadura militar, assim, a censura era um dispositivo de controle usado para conter questionamentos contra o sistema, bastante excludente e desigual, a política de internação deveria ser mantida, a todo custo.

No entanto, a busca por mudanças era um fato, algo precisava ser feito. Era preciso conscientizar as pessoas para a temática da institucionalização. Dessa forma, iniciam-se os estudos sobre os efeitos da cultura institucional na vida das crianças e adolescentes. Movimentos sociais começam a surgir, e os protestos dos meninos e meninas “internados” começam a ganhar a imprensa brasileira. Diante de tais discussões, é incluído na Constituição Federal de 1988, o artigo 227 referente aos direitos da criança, e mais adiante é redigida a lei que substituiu o Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

É válido ressaltar que a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU,

1989), lança um olhar específico sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente num ambiente seguro, sobretudo quando se pensa na criação de políticas de proteção e atenção.

Em 1990, é implementado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma das leis mais avançadas do mundo, no que diz respeito à garantia de direitos de crianças e adolescentes, pois tem como objetivos viabilizar a todos proteção de forma integral. Dessa forma, a partir de sua promulgação, os municípios têm a responsabilidade de assumir a execução de políticas públicas, na atenção e cuidados desses indivíduos que precisam de proteção especial (NECA, 2010).

1.2 Marcos legais de proteção e cuidados da primeira infância

O ECA (1990) convoca a sociedade e os profissionais a um redirecionamento de suas práticas no serviço de acolhimento, a começar pela mudança do termo, “orfanato” e “internato” para abrigo, o que também fora bastante discutido, e que chamamos atualmente de serviços de acolhimento (BRASIL, 2009). A partir deste documento, a criança e o adolescente passam a ser reconhecidos enquanto “sujeitos de direitos”, ao invés de “menores em situação irregular”.

Para isso, foi preciso superar as práticas assistencialistas, e focar numa nova concepção de atendimento, pautada na educação e no olhar singular para cada criança e adolescente. O ECA (1990) propõe, então, um conceito de família ampliado, e reitera em seu artigo 92 que, toda criança e adolescente devem receber atenção prioritária da sociedade e do Estado por estarem em condição peculiar de desenvolvimento, e por isso tem seus direitos assegurados à vida, à saúde, à alimentação, à profissionalização, ao lazer, ao esporte, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Nestes aspectos, a ideia anterior, de grandes espaços que remetiam “aos internatos”, foram reelaborados, e as crianças e os adolescentes devem ser acolhidos em residências ou unidades pequenas; o atendimento é realizado em pequenos grupos; os irmãos devem permanecer juntos; os atendimentos devem ser personalizados; sendo importante a preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar; as unidades de acolhimento devem favorecer

a convivência familiar e comunitária; e o período no acolhimento deve ser de caráter excepcional e provisório (ECA, art. 92,1990).

Após a promulgação do ECA, outras Políticas Públicas voltadas à proteção da criança e do adolescente surgem para endossar a discussão, entre as quais, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) preconizado em 2006. O Plano evidencia a “criança” como prioridade absoluta e tem por objetivos: investir na preservação dos vínculos familiares e comunitários, reiterando que o ambiente familiar é um lugar importante para que a criança e o adolescente se desenvolvam (ELAGE *et al*, 2017).

O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2011), tem por objetivo articular, planejar e executar medidas que sejam importantes no que diz respeito à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, é válido que haja universalidade do acesso a políticas públicas que abranjam a superação de desigualdades sociais. A partir de então, é preciso focar em ações de atenção integral destinadas a crianças de 0 a 6 anos, pautadas no Plano Nacional pela Primeira Infância (BRASIL, 2010).

Uma lei importante que tem por norteadores a fomentação e apoio para criação de políticas públicas, também voltadas à primeira infância, é o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº. 13.257/2016) que visa assegurar a garantia de proteção, nos 6 primeiros anos de vida, um tempo importante para o desenvolvimento do sujeito.

1.3 Como os bebês chegam no serviço de acolhimento?

Os bebês, aqui referimo-nos de 0 a 3 anos (primeiríssima infância), são sujeitos em constituição e disponíveis a trocas afetivas com o adulto. A constatação das competências dos bebês, e a riqueza das relações estabelecidas no tempo da primeira infância, situam de que o espaço do acolhimento institucional deve ser um lugar de proteção, construção da narratividade sobre o bebê e de criação de vínculos saudáveis.

A chegada de um bebê no serviço de acolhimento, acompanha em sua pré-história rupturas e separações - com suas figuras parentais, e que precisam ganhar uma atenção especial no que se refere, a continuidade dos cuidados

dispensados aos bebês. Em muitas situações, a medida de acolhimento surge quando a criança corre risco de vida e sua permanência no ambiente familiar pode ser vista como prejudicial ao seu desenvolvimento, como exposição a violências (ELAGE *et al*, 2017). A forma como a separação ocorre, no que se refere aos procedimentos técnicos realizados, pelos adultos das instâncias competentes pode configurar uma nova vivência traumática, quando não se tem possibilidade de explicá-los o que está acontecendo (p.24).

Durante muito tempo, a institucionalização fora vista como algo extremamente nocivo ao desenvolvimento da criança, podendo levar a óbito. Spitz (2004), em seu estudo clássico, discute e evidencia os efeitos da privação afetiva no desenvolvimento do bebê. No entanto, é possível colocar que as reformulações das leis e criação de Políticas Públicas em torno da instituição e primeira infância, discutem a função educativa do serviço de acolhimento e sobre o papel fundamental que o educador ocupa na relação de cuidados com os bebês.

Ainda no que refere-se a “como os bebês chegam no serviço de acolhimento”, é importante destacar que nem sempre os bebês são “retirados” de suas famílias de origem devido a alguma situação de violação de seus direitos. O ECA (1990) já situa nos artigos 13 ao 19-A, a possibilidade da entrega legal do bebê para adoção, e a partir da Lei 13.257 do Marco Legal da Primeira Infância, essas questões puderam ser consolidadas. Nesses aspectos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco possui um programa de adoção legal, chamado “Mãe legal” voltado para mães e gestantes em situação de vulnerabilidade, que desejam entregar os bebês, a tutela do Estado. Explicitado o desejo, a gestante ou a mãe da criança deve ser encaminhada à Vara da Infância e da Juventude, onde será atendida por uma equipe transdisciplinar, de forma humanizada e singular. Diante a autorização do Juiz, o bebê pode aguardar ser adotado no serviço de acolhimento, ou ser entregue diretamente a família adotiva, sem necessariamente precisar atravessar a vivência na instituição.

Na Política de Assistência Social estão a base para a garantia da proteção social aos indivíduos e grupos familiares que estão em situação de vulnerabilidade, seja de ordem social ou pessoal. Os atendimentos a essas demandas podem ser realizados em dois níveis: a proteção social básica e a

proteção social especial de média e alta complexidade (NECA, 2010). A proteção básica, apoia a família para que ela “exerça a função de proteção de seus membros” (p.12). Já os serviços de proteção de média e alta complexidade destinam-se às pessoas que se encontram “sem referência familiar” ou que estão em situação de ameaça e violação de seus direitos, precisando ser retiradas de seu núcleo familiar e comunitário, sob garantia da tutela do Estado. Este é o caso dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, e das medidas socioeducativas na modalidade de institucionalização.

Assim sendo, o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária instituiu o nome “acolhimento para a ação de atender e cuidar temporariamente de crianças e adolescentes que precisam separar-se de suas famílias por estarem em situação de vulnerabilidade ou risco” (NECA, 2010, p. 24).

O acolhimento caracteriza-se como uma medida de proteção e cuidado excepcional, sendo provisória para crianças e adolescentes que foram violados em seus direitos ou pode ser uma forma de transição para reintegração familiar ou até substituta (ECA, art. 101, 1990). Cabe ao Poder Judiciário exclusivamente decidir se há necessidade de acolhimento ou não, exceto em casos de “emergências sociais”, onde o conselho tutelar é acionado. Nessas situações eles tomam as medidas essenciais para garantir a proteção do bebê, encaminhando o caso diretamente para a Vara da Infância e Juventude. Convoca-se uma equipe multiprofissional para fazer um estudo cuidadoso da situação e contexto. Caso o bebê seja “acolhido”, é importante reiterar que são duas as modalidades de acolhimento: o acolhimento familiar e o acolhimento institucional.

O primeiro configura-se quando o atendimento é realizado por famílias já constituídas; nesse caso, as famílias acolhedoras. Já o acolhimento institucional, “se dá em uma instituição especificamente planejada para isto, podendo ser uma casa de passagem, um abrigo institucional, uma casa-lar ou uma república” (NECA, 2010, p.24).

A modalidade que nesta pesquisa evidenciamos é o “abrigo institucional”, suas especificidades reiteram: um quantitativo máximo de 20 crianças de ambos os sexos por abrigo; não se separam irmãos; não se transferem crianças para outro abrigo institucional; a residência não deve ter qualquer identificação que

possa ser motivo de preconceito; o abrigo deve ser um espaço para que as crianças se movimentem e sintam-se confortáveis; os educadores são organizados por turnos, atendo-se aos seus períodos e horários, a fim de manter-se uma rotina. Além disso, é preciso que o número de educadores seja recomendado pelas orientações técnicas (BRASIL, 2009), 1 adulto para cada 10 crianças, recomendando uma maior atenção, para as crianças de 0 a 3 anos.

Nesse sentido, ao reconhecer a criança enquanto sujeito de direitos, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2007), reitera que as mesmas devem ser compreendidas como indivíduos autônomos, dotadas de personalidade e vontade próprias, e que não devem ser vistas como passivas, submissas ou “objetos”. Elas devem ser respeitadas, e ouvidas nas decisões que lhe digam respeito, sendo a via da comunicação em conformidade com o seu grau de desenvolvimento e suas capacidades. O abrigo institucional deve “desenvolver uma estrutura de atendimento de comunidade, onde vários adultos e várias crianças compartilhem um processo criativo” (p.42). Para isso, é importante que esse espaço seja um lugar de acolhimento, de vinculação e autonomia, um lugar de reconstrução da história de crianças e adolescentes e que tenha uma rotina de cuidados.

É preciso muita sensibilidade e um olhar atento, para que o bebê não experiencie uma revivência de sua ruptura vincular, no sentido que isso pode se apresentar ao bebê, como uma situação de extremo desamparo, levando em conta que o bebê está constituindo na relação com o outro cuidador, seu aparato psíquico. Ressaltamos portanto, a importância da continuidade dos cuidados e investimentos psíquicos direcionados ao bebê, no espaço de acolhimento.

Entra em cena, o laço educador-bebê e o sentido da educação em termos psicanalíticos, articulando-os na modalidade do acolhimento. Dessa forma, educar é humanizar, e humanizar garante que a criança tenha seu lugar na cultura, no que diz respeito à Lei, essa que é simbólica e atravessa a existência na cultura e permite com que o sujeito faça laços afetivos para com os outros. Aí é que se dá o ato educativo, transmitir marcas simbólicas (MARIOTTO, 2009).

O cerne da questão, não é a substituição das figuras parentais, pelos educadores no acolhimento, mas em oferecer ao bebê um espaço de trocas afetivas e que sustente a continuidade dos cuidados e de sua subjetivação. Sobre isso, Zornig (2010) reitera que o educador precisa estar no lugar em que

possa promover a construção da parentalidade, atuando em sua sustentação no exercício da parentalidade e não como suplência à ausência física ou afetiva dos pais, família de origem do bebê. Sobre tais questões discorreremos mais adiante.

CAPÍTULO 2. POR UM CUIDAR QUE APOSTE NA SUBJETIVAÇÃO: A PSICANÁLISE ENTRELAÇADA À ROTINA COM OS BEBÊS NO ACOLHIMENTO

A fim de continuarmos a discussão sobre a relação entre educador e bebê no serviço de acolhimento, é importante situar que nessa pesquisa decidimos utilizar a nomenclatura - educador social/ cuidador no que refere-se ao profissional que se ocupa do cuidado e constituição do bebê (0 a 3 anos), tendo em vista que no decorrer da história das práticas de acolhimento, várias terminologias de cunho assistencialista eram utilizadas, reduzindo aos cuidados básicos, a prática dos profissionais que atuam nesse espaço. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a dimensão educativa do serviço de acolhimento passa a ser ampliada, discutida e instituída na prática dos trabalhadores que atuam junto ao cuidado de crianças e adolescentes (ELAGE *et al*, 2011).

Na cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), é possível perceber o espaço que a função do educador ocupa na relação com as crianças e adolescentes no acolhimento. O termo “educador” torna-se então a expressão para referir-se a esse trabalhador. Nesse sentido, para-além dos cuidados básicos como alimentação, higiene, proteção, acompanhamento aos serviços de saúde e de educação, cabe ao educador oferecer suporte para que a criança e o adolescente, possa lidar com sua história de vida, podendo construir o fortalecimento de sua autoestima, e identidade, “assim como apoiá-lo no processo de desligamento do abrigo” (ELAGE *et al*, 2011, p.22).

Reiteramos então que a vinculação afetiva ao bebê no serviço de acolhimento, consiste num processo fundamental do que podemos entender como trabalho educativo. Ademais, é nessa relação que, pela via da palavra a história do bebê, pode ganhar outros sentidos e marcas que assegurem uma continuidade de cuidados e afeto e respectivamente, de seu desenvolvimento. Desta forma, é importante que possamos discutir de forma aprofundada a noção de constituição psíquica para a psicanálise e os efeitos do laço entre educador e bebê no serviço de acolhimento.

2.1 Quem é o bebê para a psicanálise?

No que refere-se a teoria psicanalítica, é importante situar que as grandes descobertas sobre a criança se deram a partir da investigação de Freud e de sua escuta clínica dos sujeitos adultos. De forma cuidadosa e inovadora, ele traz à discussão no século XIX, a temática da sexualidade infantil, trazendo ao cerne da questão sua articulação a teoria sobre a pulsão (FREUD, 1915). Dessa forma “o que faz a criança tornar-se alguém é o fato de que ela deseja, e mais: deseja porque alguém a desejou e a antecipou como desejante” (BERNARDINO, 2006, p. 20).

A partir desta questão colocada por Freud, foi possível avançar na compreensão da diferença que marca o que seria infância e infantil, um debate significativo para o campo psicanalítico que abalou a idealização promovida pela cultura construída, em torno do que seria uma criança, nos princípios da idade moderna. O infantil estaria ligado então, às experiências afetivas e inconscientes que são marcadas no psiquismo do sujeito, que fazem referência aos cuidados primordiais, isto é, às relações estabelecidas com o Outro materno, esse que ocupou o lugar de acolhimento e significação das demandas do bebê, nos primeiros anos de vida. Nesse aspecto, o infantil não teria relação especificamente com o tempo cronológico, visto que se reatualiza no sujeito adulto, mas que faz referência a um tempo de cuidados do *infans*.⁶

No que se refere ainda à questão do registro (infantil) Sauret (1998) coloca que: “se não sabemos o que é uma criança, é que nós esquecemos a criança que fomos. Nós a esquecemos porque a recalamos” (p.15). A psicanálise ao propor o registro do inconsciente, rompe com a lógica cartesiana “penso, logo existo”, fruto de uma herança iluminista e provoca a sociedade da época a interrogar as concepções de infâncias existentes. Entre as quais, a ideia defendida por filósofos como John Locke, de que a criança ao nascer seria como uma folha em branco, sem virtudes e sem pecados, e que através das experiências de tentativas e erros, esta se desenvolveria (FORMIGONI E GENTIL, 2016).

⁶ Criança que ainda não ascendeu a fala, termo psicanalítico- *infans*

A ideia de infância pautada numa lógica cronológica e desenvolvimentista, passa a ser interrogada pela teoria psicanalítica, ao passo que a mesma não desconsidera as questões do desenvolvimento, mas se interessa pelo debate para além do organicismo. O próprio Freud, durante o percurso de construção da psicanálise, desvencilha-se do modelo neurológico e situa seu trabalho na compreensão do psiquismo “a partir da dinâmica simbólica significativa” (MARIOTTO, 2009, p.48), o que não implica dizer que ele nega a existência de um aparato orgânico.

A partir da questão levantada por Freud, do que seria a pulsão e de como ela se apresenta na criança, pela via da sexualidade (libido), Lacan avança na discussão, construindo o que chamamos de teoria da constituição do sujeito, utilizando conceitos importantes da linguística e da antropologia, para pensar sobre um sujeito que não tem idade (cronológica), este seria o sujeito do inconsciente.

Segundo Mariotto (2009) é a dimensão da linguagem que opera a marca fundante da diferença entre a espécie animal e a humana. A partir dessa marca, o bebê tem a possibilidade de adentrar o campo das significações, registro pulsional, para que algo se opere. É preciso que em um primeiro momento, um outro humano (adulto) possa acolher o bebê e seu desamparo para que o mesmo sobreviva e possa se constituir psiquicamente.

Essa colocação nos permite situar que o bebê humano, “nasce extremamente frágil, desprotegido e despreparado para enfrentar o mundo” (ALBANO, 2011, p. 32). Essa condição de desamparo é constituinte à condição humana e diz respeito a um sentimento de abandono experimentado na descoberta do sujeito com o mundo, ao passo que na ausência de um cuidador que garanta assistência ao *infans*, no sentido de alimentá-lo, fazer a higiene e introduzir as trocas afetivas, o bebê pode situar-se no desamparo psíquico, que seria uma dimensão que traria sofrimento ao mesmo. Esse seria o quadro que Spitz (2004) já pontuava ao falar do hospitalismo, situação em que o bebê vivenciava uma situação de privação afetiva intensa, chegando a adoecer e, em alguns casos, levando à óbito.

É importante que haja um ambiente acolhedor, com adultos disponíveis à interação e a constituir um laço com o bebê, para que o mesmo possa constituir-se psiquicamente sem maiores entraves. Neste ponto reiteramos que cada bebê

no serviço de acolhimento, carrega consigo uma história, que diz respeito a suas origens, de como chegou e de como está sendo cuidado. É fato que muitos deles acabam sendo expostos e até marcados de forma inconsciente e corporal a situações de violências, abandonos, negligências e até de privações afetivas, antes de chegarem ao acolhimento. Essas marcas psíquicas não se apagam, mas podem ser significadas a partir de uma relação de qualidade com um outro que esteja disposto a acolher o bebê.

Apontamos sobre o desamparo constituinte, mas é importante colocar que o bebê é um sujeito ativo, singular que tem particularidades e preferências, não um organismo que só deve ser atendido em suas necessidades básicas. Diante dessas constatações, cabe aprofundarmos a discussão sobre a função do educador social na constituição de um laço que singularize o sujeito (ALBANO, 2011).

2.2 A função estruturante do educador na relação com o bebê no acolhimento

*Um ambiente enriquecido para o bebê nos seus primeiros meses é aquele que se dá a partir do laço com o outro em que o olhar e a palavra ocupam postos privilegiados, colocando em evidência também a qualidade desse outro.
(MARIOTTO, 2009, p.55)*

Quando nos referimos a função estruturante do educador, situamos que a posição que o mesmo ocupa na relação com o bebê, é atravessada por um lugar inconsciente e que se articula a constituição psíquica, mas especificamente falamos sobre função maternante. Existem muitas discussões em torno da questão: que lugar ocuparia aquele que cuida/educa bebês no serviço de acolhimento?

Muitas pesquisas e artigos científicos, propõe discussões em torno da metodologia IRDI em instituições como creches, berçários, refletindo acerca do lugar do educador e o situando numa posição de função maternante⁷, (conceito o qual nos propomos a discutir no capítulo seguinte). Embora usemos o termo educador social/cuidador nesta pesquisa no que se refere ao serviço de acolhimento institucional, situamos uma diferença diante a outras instituições,

⁷ Expressão discutida por Brandão e Kupfer (2014) para marcar a diferença da função materna.

como as citadas acima. Pois estamos nos referindo a bebês que “moram” na instituição e que estão sob a tutela do Estado, tendo em vista, alguma situação que os desassistiram no que condiz aos seus direitos, ou por meio de programas legais de entrega voluntária a adoção. No entanto, mantemos a posição nessa pesquisa de que também falamos em função maternante, quando nos referimos aos cuidados dos educadores na relação com os bebês acolhidos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Barbosa (2010) argumenta que mesmo em contextos que fique em evidência a ausência materna, “é preciso que se pergunte de que ausência se trata, ao qual uma instituição possa suprir quando se fala em função materna (p.76).

É preciso que se esclareça esse ponto fundamental, posto sabermos que não se trata somente da presença física, mas, também da presença simbólica, fatores decisivos na constituição do sujeito. Para a psicanálise, não se trata de suprir a ausência de uma mãe, mas de uma função que poderá ser exercida por um Outro (BARBOSA, 2010, p.76).

Nesse sentido, a função maternante corresponderia aos cuidados daqueles que se ocupam de educar/cuidar de bebês e que podem a partir da relação, “participar do campo do Outro, e que trabalham para a manutenção de alguns eixos da função materna, sem exercer propriamente a função materna” (BRANDÃO e KUPFER, 2014, p. 276). É de alguma forma poder garantir a continuidade de cuidados que visem não somente os aspectos de higiene ou exclusivamente pedagógicos, mas o de poder operar psiquicamente uma parentalidade simbólica, isto é, pensar no lugar do educador como aquele que pode entrar na série de pais simbólicos para uma criança, sem que isso signifique haver uma substituição dos pais da família, como pontua a psicanalista Graciela Crespin (2006 apud Brandão e Kupfer, 2014). Ainda nessa perspectiva Kupfer, Bernardino e Mariotto (2012) argumentam que “o educador trabalhará na direção de manter em andamento alguns eixos dessa função, de modo a impedir que se rompa o laço mãe-bebê de forma precoce e antecipada” (p.138).

Nos propomos, então, a discutir a função do laço educador-bebê no serviço de acolhimento, situando o ato educativo na relação com o bebê. Quando nos referimos à primeira infância, o cuidado e a educação são ações indissociáveis, não podendo ser pensadas de forma hierárquica ou até mesmo separadas. Para que se estabeleça uma relação afetiva entre educador e bebê,

é preciso que os cuidados se estruturam para-além dos cuidados instrumentais. Corroborando com a ideia, Lajonquiére (2001) *apud* Mariotto (2003) reitera que educar consiste em transmitir marcas simbólicas, isto é, criar e possibilitar caminhos que permitam ao bebê, marcar seu lugar no desejo deste que o cuida e ascender no campo da linguagem. É preciso garantir que o bebê tenha um lugar no discurso e no desejo de alguém, para que, a posteriori, ele possa desejar por conta própria.

Levando em consideração a especificidade do serviço de acolhimento, e pensando no ato educativo que o abrange, cabe ressaltar que,

no caso de bebês e crianças pequenas acolhidas em instituições, é o educador que se ocupará dessa primeira educação, na qual entrarão em jogo as funções materna e paterna e os momentos lógicos de alienação e separação. Trata-se de uma educação que não pretende ensinar algo em particular, que não tem nada de escolar, mas que supõe o sujeito na sua posição e o inscreve em uma cultura (MONTAGNA, 2011, p.98).

Falamos aqui na função maternante que precisa ser operada pelo educador, tendo em vista a história de separações e rupturas que o bebê atravessa e que se inscreve no psiquismo, antes de chegar ao serviço de acolhimento. Esta função não precisa ser obrigatoriamente ocupada por uma mulher, e nem pela mãe biológica, mas pode ser encarnada por um educador que tenha estabelecido um laço com o sujeito em constituição. O bebê só se constitui, se num primeiro momento existir alguém que deseje por ele, antecipe-o e o suponha como sujeito.

É nesse encontro entre educador e bebê, que pode-se perceber como se estabelecem os cuidados e a rotina dos mesmos, nos momentos de troca, de sono, alimentação, banho, do brincar. Não é uma tarefa fácil, cuidar e educar bebês, principalmente quando se tem poucos profissionais para uma demanda enorme de cuidados e atenção, para isso, é preciso estar atento para não reduzir as práticas de subjetivação, ao tecnicismo e objetividade.

Bridon (2019) levanta questões pertinentes sobre a posição subjetiva do educador, frente ao cuidado dos bebês, abordando o desejo, como algo que se articula e enlaça o trabalho com bebês e que se constrói pelo apelo ao afeto que emana do corpo, evidenciando os entrelaces do psiquismo, do desejo e da pulsão. A autora ainda coloca que:

não é todo sujeito que consegue suportar, buscar significações em choros variados, gritos nos mais diversos tons, olhares e expressões com diferentes tonalidades” O que enlaça é o indizível, aquilo que retorna no adulto enquanto uma infância primária, perdida e reencontrada no bebê de quem cuida (p.86).

Situamos aqui, a transferência que se estabelece ao cuidar do bebê, e que suscita, a presença do bebê que o educador foi, e como foi cuidado. Segundo Golse (2003) o bebê ao ser cuidado, precisa de uma história que é co-construída com o adulto, e pela qual ele pode, pela via do seu corpo, relatar sua própria história relacional, que se apresenta como possibilidade de inscrição da criança, numa filiação materna e paterna. Nesse sentido, é importante que mesmo diante da difícil história de vida da criança, os cuidados dispensados a ela possam emergir de um desejo e de supor que ali, há um sujeito em constituição, permitindo deslizar da lógica do “coitadinho”, que assemelha-se a lógica assistencialista.

O laço entre educador e bebê, funciona como um espaço de narrativa, onde cada um, conta alguma coisa de sua história precoce. Assim, é importante situarmos essa discussão no que se refere ao desamparo constituinte a natureza humana, e que o educador precisa encarar essa dimensão, de uma forma, que essas vivências não se apresentem como desorganizadoras e traumáticas, no psiquismo do bebê.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA IRDI E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA: O OLHAR SOBRE O CORPO DO BEBÊ NO ACOLHIMENTO

3.1 Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil: Do que se trata o IRDI?

A constituição psíquica do sujeito articula-se através, de como a maturação, crescimento e o desenvolvimento se dão, tendo como referência a forma de como o sujeito foi cuidado em seus primeiros anos de vida. No que se refere, as bases da saúde mental no tempo da primeira infância, Mariotto (2009) discorre sobre a importância das articulações do laço afetivo, simbólico e corporal da relação educador-bebê, colocando que as falhas que se podem se apresentar nesse processo, apontam para o aparecimento de impasses psíquicos que podem vir a interferir a relação do bebê com o social e também em sua montagem psíquica.

A partir dessa discussão, apresentamos como um importante dispositivo, que leva em consideração os aspectos constitutivos do sujeito, a Pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil conhecida como instrumento IRDI. Essa pesquisa, foi realizada durante o período de 2000 a 2008, pelo Grupo Nacional de Pesquisa (GNP) que se tratava de um grupo de *experts*, formado por médicos pediatras, e psicanalistas, interessados no desenvolvimento infantil, e que a partir da proposta do Ministério da Saúde, selecionariam indicadores de desenvolvimento psíquico que seriam incluídos na ficha de acompanhamento do Desenvolvimento de crianças de 0 a cinco anos.

A pesquisa foi realizada em onze serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) de nove cidades brasileiras. Os pediatras eram devidamente treinados a aplicarem o protocolo em suas consultas de rotina com as mães e seus bebês. Eram anotados os indicadores clínicos (IRDI) presentes, ausentes e não verificados. A pesquisa tinha como objetivos principais: verificar o poder dos indicadores na detecção precoce de problemas de desenvolvimento na primeira infância e também selecionar indicadores que faziam referência ao desenvolvimento psíquico (MARIOTTO E PESARO, 2018).

O IRDI tem por embasamento teórico- clínico, as contribuições da teoria psicanalítica no que se refere ao tempo da primeira infância, tendo como base as concepções de Freud, Lacan e Winnicott no estudo das relações estabelecidas entre função materna e bebê.

Nesse sentido, os eixos de subjetivação (indicadores clínicos), foram construídos e organizados de acordo com as operações formadoras do psiquismo da criança. Cabe ressaltar que nessa pesquisa, são os indicadores ausentes que sugerem um risco ao desenvolvimento da criança. Portanto, quando o IRDI faz referência aos chamados “problemas de desenvolvimento” consideram-se aqui duas questões, a primeira é de que os problemas de desenvolvimento sinalizam a presença de dificuldades subjetivas, mas que não afetam a constituição do sujeito psíquico. A segunda, compreende as dificuldades na constituição psíquica, com riscos a psicopatologias mais graves na infância (KUPFER *et al*, 2009).

Dessa forma, o instrumento IRDI é composto por 31 indicadores de risco psíquico ou de problemas no desenvolvimento infantil, observáveis nos primeiros 18 meses de vida do bebê, de modo a privilegiar a articulação entre desenvolvimento e sujeito psíquico. O protocolo supõe quatro eixos importantes para o desenvolvimento e constituição subjetiva do bebê, estando ele na relação com um Outro materno, os eixos são: Suposição de Sujeito (SS); Alternância presença-Ausência (PA); Função Paterna (FP) e estabelecimento da demanda (ED). Vale salientar que o instrumento também é dividido em quatro partes, que fazem referência a idade do bebê, 0 a 4 meses; 4 a 8 meses; 8 a 12 meses e 12 a 18.

Nesse sentido, o eixo “*suposição de sujeito*” (SS) diz respeito a antecipação - que se tratando dessa pesquisa- pode ser realizada pelo educador no serviço de acolhimento, da presença de um sujeito psíquico no bebê, que ainda encontra-se em formação. Essa antecipação causa prazer no bebê e vem acompanhada de uma manifestação jubilatória de quem o cuida, por meio do manhês – musicalidade na forma de se direcionar ao bebê, por meio da fala. O que fará o bebê tentar corresponder, ao que foi suposto nele.

No eixo “*estabelecimento da demanda*” temos as primeiras manifestações de necessidade do bebê humano (choro, agitação motora, sucção da própria

língua), que precisam ser interpretados pelo cuidador como um apelo a ele dirigido (MARIOTTO, 2009).

O eixo “*alternância presença-ausência*” faz referência a experiência necessária que o bebê precisa travessar, para que *a posteriori*, possa constituir-se enquanto sujeito desejante. Entre a demanda da criança e a experiência de satisfação proporcionada pela função materna, é importante que haja um intervalo de onde poderá surgir a resposta do bebê. Trata-se de uma alternância simbólica, não como um ato de deixar um bebê sozinho.

Já o eixo “*função paterna*” evidencia o registro que a criança constrói em seu psiquismo, do terceiro que intermedia o laço educador- bebê. Essa ordem terceira toma para a criança e para quem dela cuida, a forma de regras e normas que introduzem o papel estruturador do NÃO, o que exigirá que o bebê renuncie às satisfações, inscrevendo-o numa filiação e na cultura (MARIOTTO, 2009).

Reiteramos nessa pesquisa que os indicadores avaliados de forma isolada nada dizem, pois o IRDI articula-se levando em consideração o tempo cronológico, mas sobretudo analisando a relação que é estabelecida entre o bebê e seu cuidador/educador.

Pensando nas demandas educativas da atualidade, visando avançar no uso do instrumento IRDI, realiza-se entre 2009 e 2010, uma pesquisa nos Centros de Educação Infantil de Curitiba, com o objetivo de observar a relação entre educador-criança, para isso foram necessárias adaptações no protocolo. A partir dessa pesquisa, surge a Metodologia IRDI, que tem caracteriza-se como um conjunto de procedimentos de intervenção em creches baseados no instrumento IRDI, um instrumento validado originalmente para o acompanhamento do desenvolvimento psíquico de crianças por pediatras (KUPFER *et al*, 2009).

A partir de então, várias pesquisas no campo da educação foram sendo realizadas visando acompanhar o papel do professor/educador no laço com a criança, o que permitiu investigar os possíveis sinais de risco ao desenvolvimento psíquico, e da intervenção a tempo. Nesse sentido, reiteramos a fundamental importância da Metodologia IRDI, no estudo das relações estabelecidas entre educador e bebê, no serviço de acolhimento dando ênfase aos cuidados com o corpo, que será melhor aprofundado no tópico a seguir.

3.2 Por que olhar para o corpo do bebê?

Segundo Martins (2015) nos primeiros anos de vida, o corpo é a única via para expressar as emoções e para assimilar as diferentes sensações que devem ser elaboradas no sistema psíquico do *infans* (Martins, 2015). É pela via do corpo que o bebê vai poder caminhar rumo a sua constituição psíquica e se apresentar como ativo, na relação com o outro semelhante. Não há psiquismo, sem corpo, ambos não se desenvolvem separadamente, andam juntos.

Os cuidados dispensados ao corpo da criança, em seus primeiros anos de vida, operam não somente uma marca de sobrevivência orgânica, e higiênica, mas passam a constituir contornos, noção de borda, que garantem continuidade na rotina de cuidados, assim como de sustentação. A partir de tais questões, é interessante pontuar que para Winnicott (2006), o *holding* pode ser compreendido pelo ato de “segurar” o bebê, e fala sobre o adulto, que nesse caso pode ser representado pelo educador, poder sustentar e dar unidade corporal ao corpo *infans*. O psicanalista ainda ressalta que: “a maioria dos bebês têm a sorte de serem bem segurados na maior parte do tempo” (p.23), situando que a base da constituição psíquica e corporal da criança, se dá, a partir desses registros corporais.

Dessa forma o corpo do bebê, não se apresenta como um envelope vazio, que deve ser preenchido por quem o cuida, mas sim como um corpo erógeno que se articula e se constitui com o Outro materno. A noção freudiana de corpo, apresenta a pulsão, como algo ligado ao somático (puramente orgânico/ automatismos biológicos), mas que a partir do endereçamento do bebê a seu educador, passa a ser erogenizado. Segundo De Césaris (2013), nos primeiros tempos de vida do bebê humano, não se consegue separar o orgânico do psiquismo, nesse sentido o conceito de pulsão não se sustenta entre a fronteira do somático e do psíquico como apontava Freud, mas se coloca como um conceito significativo que articula o corpo do bebê em uma constituição que implica o outro, e o seu olhar.

Dessa forma, os orifícios (boca, orelha, ânus, nariz) e as partes do corpo do bebê que são cuidadas e higienizadas na rotina do acolhimento, podem vir a se estabelecer, como zonas erógenas, isto é, zonas que dão prazer ao bebê. Freud (1905) chamou de autoerotismo essas vivências “sexuais” onde a criança

procura prazer em seu próprio corpo, o que situa o ponto fundante para pensar no início da vida psíquica do bebê.

Caso algo não vá bem, do ponto de vista interacional e psíquico, o bebê comunica via corpo suas dificuldades, situando possíveis entraves no mundo simbólico e relacional. Dessa forma, os sintomas corporais como problemas de pele, transtornos do sono, e dificuldade na alimentação sinalizam uma desorganização nas funções corporais, o que pode gerar sofrimento psíquico no bebê (BERNARDINO, 2008). O corpo do bebê se apresenta então, como o maior guia no que se refere ao acompanhamento de seu desenvolvimento.

O atravessamento do organismo, para corpo, é constituído na relação do bebê com o educador de referência, situa-se aí o estabelecimento da demanda, onde as respostas fisiológicas passam a ser interpretadas pelo educador, como uma linguagem, um apelo, dirigido ao mesmo. Essa constatação, evidencia o podemos chamar de circuito pulsional.

No circuito pulsional, o bebê vive experiências de satisfação que partem de uma função biológica – a boca, os olhos, o ânus etc. – e estabelecem um intercâmbio com um outro, que toma essas fontes como objetos de desejo, de investimento e retornam ao bebê pulsionalizados, erogenizados (BERNARDINO, 2006, p. 33-34).

É então, durante a realização desses cuidados maternos que o bebê recebe marcas desse encontro. Assim, essas marcas simbólicas acabam ordenando o funcionamento anatômico da criança e, em função de sua entrada no circuito pulsional, ou seja, “o ritmo de seu desenvolvimento vai ser regulado pelo desejo do Outro primordial.

Tomando a Metodologia IRDI, como articulação teórico-metodológica nessa pesquisa, no que concerne a discussão e objetivo de analisar como se estabelece a relação entre educador e bebê, no serviço de acolhimento, tendo como ênfase os cuidados com o corpo do bebê. Decidimos utilizar o recorte apresentado por De Césarís (2013), em sua tese de doutorado, que situa 14 indicadores a partir de uma leitura do IRDI, que faz referência ao processo de constituição corporal, e nascimento do sujeito psíquico. A autora referenciada acima, extrai de cada eixo de subjetivação, os indicadores que fazem alusão à

imagem corporal/especular, a partir dos instrumentos IRDI e AP3, articulando-os a entrevistas com pais e de seus atendimentos clínicos as crianças.

Nossa proposta nessa pesquisa, é utilizar os 14 indicadores selecionados pela autora, com a finalidade de adaptá-lo a realidade do acolhimento institucional, analisando como se dá relação, entre educador e bebê no cotidiano do serviço, especificamente como se estabelecem os cuidados ao corpo do bebê (pensando nos elementos que estão na base da constituição da imagem corporal).

. Dessa forma, De Césaris (2013, p. 38) sistematiza abaixo, os 14 indicadores que fazem referência ao eixo de imagem corporal no IRDI, e que tivemos que adaptar, a fim de abranger a especificidade do laço educativo entre educador-bebê.

Indicador 3. A criança reage ao manhês.

Indicador 4. A educadora propõe algo à criança e aguarda sua reação.

Indicador 5. Há trocas de olhares entre a criança e a mãe.

Indicador 8. A criança solicita a educadora e faz um intervalo para aguardar sua resposta.

Indicador 9. A mãe fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases.

Indicador 10. A criança reage (sorri, vocaliza) quando a mãe ou outra pessoa está se dirigindo a ela.

Indicador 11. A criança procura ativamente o olhar da educadora.

Indicador 12. A educadora dá suporte às iniciativas da criança sem poupar-lhe o esforço.

Indicador 13. A criança pede ajuda de outra pessoa sem ficar passiva.

Indicador 15. Durante os cuidados corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora.

Indicador 17. Mãe e criança compartilham uma linguagem particular.

Indicador 20. A criança faz gracinhas.

Indicador 21. A criança busca o olhar de aprovação do adulto.

Indicador 31. A criança diferencia objetos maternos, paternos e próprios.

Os 14 indicadores retomam os quatro eixos de subjetivação discutidos pela Metodologia IRDI (suposição de sujeito; estabelecimento de demanda; alternância presença-ausência; função paterna) e evidenciam o processo de constituição psíquica do bebê, que passa pela via do corpo. Dessa forma, coloca-se que, a co-construção do corpo pulsional do bebê, se constitui de forma relacional, é fruto do desejo, investimento da libido (energia psíquica) do educador que encarna psicicamente o Outro materno. “O corpo é o resultado de uma construção a partir do Outro semelhante” (JACINTHO, 2019, p.92).

É a partir do olhar de aposta subjetiva e de desejo, que o corpo do bebê vai tomando forma, bordas e tónus. Lacan (1949) situa o “estádio do espelho”,

como esse momento de formação do eu, e que se evidencia, quando por volta dos seis meses de vida, o bebê consegue se reconhecer no espelho. O corpo da criança entra em cena e se articula entre os registros do imaginário, simbólico e real, nesse sentido, para que uma criança reconheça a própria imagem no espelho, é preciso que anteriormente, a função materna, a antecipe em seu olhar, rompendo o gozo da dupla mãe- bebê. Para que uma criança possa a vir reconhecer-se como sujeito desejante e constituir sua imagem corporal, é importante que se produza efeitos das ações maternas sobre o seu corpo, transformando-o em um sistema de significações. Esse sistema vai possibilitar que a criança apreenda a si mesma, em uma imagem psíquica, unificada, por onde ela, a posteriori, poderá se reconhecer (DE CÉSARIS, 2013).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, pretendemos apresentar as articulações metodológicas escolhidas para o tratamento das informações colhidas tanto nas entrevistas com as educadoras, como também nos registros videográficos, inseridos no banco de dados do NINAPI, partindo de uma perspectiva teórica da psicanálise, visto que usamos como referência o instrumento IRDI.

4.1 Natureza da pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo: Compreender como se constitui o laço entre educadora e o bebê e seu corpo, numa instituição de acolhimento em Recife-PE. Levando em consideração, que partimos de uma compreensão de que a concepção de sujeito que aqui apresentamos, é a da teoria psicanalítica, faz-se necessário pensar também, uma abordagem metodológica que contribua com os objetivos desta pesquisa e que possa fornecer ao pesquisador, flexibilidade, para que se possa explorar e investigar as relações que irão ser analisadas, a posteriori.

Dessa forma, fez-se pertinente adotarmos uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, visto que ela propicia uma maior abertura de investigação das possibilidades de percepções e subjetividades dos seres humanos (DYNIEWICZ, 2011).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa permite uma análise detalhada, específica e profunda das questões que norteiam a pesquisa, assim como possibilita compreender a dinâmica e relações vivenciadas por um determinado grupo social que, neste caso, aplica-se à compreensão da relação entre educadores sociais e os bebês na instituição de acolhimento em Recife- PE (RICHARDSON *et al*, 1999).

No que se refere às técnicas que foram utilizadas para a construção dos dados dessa pesquisa, partimos de duas fontes de resultado: as entrevistas semiestruturadas com as educadoras, que foram realizadas de forma virtual, tendo em vista o contexto da pandemia do COVID-19 e a análise dos registros videográficos armazenados no banco de dados do NINAPI, como forma de aprofundar o debate sobre o laço educador e bebê.

4.2 Lócus da pesquisa

4.2.1 A instituição de acolhimento

A instituição escolhida nesta pesquisa, já fora também discutida e apresentada na dissertação de mestrado de Santos (2020), que é também pesquisadora do NINAPI. Desse modo, ela teria feito a caracterização e o perfil dessa instituição que acolhe crianças de 0 a 4 anos sob a tutela do Estado. A instituição se localiza em um bairro do Recife, considerado residencial, comercial e de classe média.

No que se refere a dinâmica e a estrutura do local, existem quatro berçários na instituição que são divididos por idades. No *berçário céu*, ficam os bebês de 0 a 5 meses; *berçário ar*, ficam os de 6 a 11 meses; no *berçário terra*, ficam as crianças de 1 a 2 anos; e *no mar*, ficam os de 2 a 4 anos. Sabemos que no serviço de acolhimento existe uma rotatividade muito grande, pois muitos bebês que são acolhidos dependendo da decisão judicial, podem retornar a família de origem, ou podem ser adotados (SANTOS, 2020).

O quadro profissional da instituição, é composto por educadoras/cuidadoras, sendo todas do gênero feminino, o que nos permite pensar que os cuidados aos bebês nesses espaços, ainda é especificamente feminino. Em relação à organização da rotina na casa, os plantões das educadoras funcionam numa lógica de 12/36 horas, e a cada plantão existem duas (2) disponíveis na rotina e cuidado com as crianças.

4.3 Os participantes da pesquisa

Em relação aos participantes dessa pesquisa, nos referimos às educadoras e aos bebês como atores principais do cenário do desenvolvimento, no espaço do acolhimento.

Dessa forma é importante situar que fizemos uso de um banco de dados que é de uso exclusivo dos pesquisadores do NINAPI. Os registros videográficos datam de julho de 2019, portanto as informações sobre as idades dos bebês, das educadoras, e o tempo de acolhimento fazem referência ao período que foram registrados os vídeos. Como estamos utilizando a metodologia IRDI como um instrumento norteador de nossas análises, verificamos no banco de dados,

quais bebês teriam de 0 a 18 meses, idade específica ao qual o instrumento se propõe a analisar e discutir, pois refere-se a um primeiro momento da vida do bebê em que a constituição psíquica vai se entrelaçando com aquele que o cuida, mas especificamente como vai se operar o enlaçamento subjetivo, e nesse caso também da imagem corporal do bebê.

Assim, dois bebês estariam na faixa etária do IRDI, ao qual demos nomes fictícios, de Alceu e Martins, afim de assegurar os aspectos éticos da pesquisa. Ambos respectivamente com 1 ano de idade e o outro com 7 meses.

No que se refere a seleção das educadoras/cuidadoras, cabe ressaltar que no banco de dados, existem registros videográficos de cinco (5) educadoras que atuam na casa de acolhimento, *lócus* da pesquisa. No entanto, levamos em consideração no processo de escolha, alguns pontos importantes: a) Atuar diretamente no cuidado dos bebês Alceu e Martins (momentos de troca ou banho, brincar ou alimentação); b) Ter disponibilidade para participar da entrevista e assinar o TCLE;

Levando em conta tais pontos, foram integradas a pesquisa às educadoras/cuidadoras ao qual demos o nome fictício de Betânia e Sílvia. Na tabela abaixo, situamos a identificação dos bebês, suas idades e o tempo que estavam acolhidos na instituição, datados de julho de 2019, período que foram realizados os vídeos.

Tabela 1. Bebês registrados no banco de dados–videografia

Inicial	Idade	Quanto tempo acolhido?
Alceu	1 ano	8 meses
Martins	7 meses	5 meses

Já na tabela 2, foram registradas as educadoras/cuidadoras que aceitaram participar das filmagens (que fazem parte do banco de dados) e que se encaixaram no perfil estabelecido (aparecem cuidando dos bebês Alceu e Martins e fizeram a entrevista) situando abaixo a idade, a formação e o tempo que trabalham na instituição de acolhimento.

Tabela 2. Educadoras registradas no banco de dados- videografia

Inicial	Média de idade	Formação	Quanto tempo na instituição?
Betânia	40- 45 anos	Ens. Médio	14 anos
Sílvia	46-50 anos	Ens. Médio	10 anos

4.4 O instrumento IRDI

Conforme citado nos capítulos anteriores, utilizaremos como instrumento norteador para a análise dos registros videográficos a metodologia IRDI (Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil). Validada através de uma pesquisa multicêntrica realizada no período de 2000-2008, por um grupo de psicanalistas interessados na discussão e intervenção precoce, no que diz respeito à saúde mental e a constituição psíquica em bebês, de 0 a 18 meses. Com a proposta de ser um instrumento que auxilia na intervenção precoce, o IRDI, inicialmente criado para acompanhamento do desenvolvimento psíquico dos bebês por pediatras, pôde ser ampliado, chegando à educação de bebês nas creches e instituições de acolhimento (MARIOTTO, PESARO, 2018).

Dessa forma, a proposta de utilizar o IRDI enquanto metodologia de trabalho nessa pesquisa se dá pelo interesse de usá-lo como ferramenta de análise no que diz respeito à saúde mental do bebê, possibilitando o olhar para a singularização do laço entre educador e bebê. Decidimos nos aprofundar então, na constituição psíquica e nos elementos que estão na base da imagem corporal do bebê, que se constrói na relação com esse outro cuidador, o que faz borda e significa o corpo do bebê, o que permite a *posteriori* que a criança possa se reconhecer.

O nosso trabalho será o de aprofundar a discussão teórica sobre a constituição da imagem corporal do bebê, no serviço de acolhimento institucional, assim como analisar as cenas de interação - a partir de 14 indicadores do IRDI (Apêndice C) selecionados a partir do recorte da autora De Césarís (2013) que faz referência à constituição psíquica e à construção do corpo - entre educadora/cuidadora e bebê, armazenadas no banco de dados desta pesquisa.

4.5 Análise dos registros

4.5.1 Análise das videografias

Como já citamos anteriormente, os registros videográficos na presente pesquisa fazem parte de um banco de dados referente a uma pesquisa maior que, desde 2017, vem estudando e se interessando sobre as relações estabelecidas entre educador social e bebês, no serviço de acolhimento institucional em Pernambuco. As vídeo-gravações que utilizamos nessa pesquisa foram realizadas no mês/ano de julho/2019 e foram registradas numa casa de acolhimento, localizada na cidade de Recife/Pernambuco. Os vídeos gravados e armazenados, mostram momentos de cuidado, das trocas, alimentação, brincar e banho, entre educadoras e bebês.

O banco de dados registrou cerca de 7 horas de cenas interativas nessa casa de acolhimento, no cotidiano de cuidados aos bebês de forma geral. Levando em consideração, o perfil estabelecido para a inclusão dos episódios a serem analisados, este foi: Apresentar os cuidados/relação das educadoras Betânia e Sílvia no cuidado aos bebês, Alceu e Martins na rotina da casa.

Como o nosso recorte é bem específico, fizemos uma tabela a fim de organizar o tempo de registro videográfico, na relação de cada cuidadora com cada bebê.

Tabela 3. Tempo de registro dos cuidados entre educadoras e bebês

Educadora/bebê	Tempo de registro no banco de dados
Educadora Betânia e Alceu	12 minutos e 44 segundos
Educadora Betânia e Martins	13 minutos e 25 segundos
Educadora Sílvia e Alceu	21 minutos e 45 segundos
Educadora Sílvia e Martins	12 minutos e 27 segundos
Total	59 minutos e 1 segundo

Nesse sentido, Meira (1995) aponta que, do ponto de vista metodológico, a técnica de análise das vídeo-gravações permite a captura de momentos interacionais em suas minúcias, nos permitindo melhor observar a rotina de cuidados entre educador e bebê, no serviço de acolhimento. Além disso, a gravação dos vídeos e seu armazenamento garante a oportunidade de que se

pode retomar ao material quantas vezes for necessário, o que convoca o pesquisador a analisar as cenas de forma ainda mais cuidadosa. Dessa forma, é possível observar detalhes importantes nos registros que, talvez, passassem despercebidos com o uso de outra estratégia metodológica.

Assim, buscamos com as videografias caracterizar e analisar:

- a) As relações estabelecidas entre educadora e bebê no serviço de acolhimento, durante os momentos de cuidados;
- b) Como se revelam os cuidados dirigidos do educador ao corpo do bebê no acolhimento, e se os indicadores de constituição psíquica e imagem corporal aparecem (IRDI).

É importante ressaltar que as análises, serão pautadas nos 14 indicadores que fazem referência aos elementos importantes da constituição da imagem corporal do bebê (APÊNDICE A).

Sobre o procedimento de análise dos vídeos, nos inspiramos nos trabalhos que Villachan-Lyra (2012) e Pedrosa; Carvalho (2005) fizeram e adaptamos a nossa modalidade de pesquisa e aporte teórico, que aqui é a psicanalítica. Ambas trabalham sobre um ponto comum, que é a descrição do episódio a ser analisado. Pedrosa e Carvalho (2005) colocam que: antes da análise e articulação teórica direta sobre o episódio do vídeo, é muito importante a descrição da cena, pois ela permite que o leitor acompanhe “o argumento de forma a compartilhar seus fundamentos, segundo a análise do autor” (p.439).

Dessa forma, as cenas que constam no banco de dados, que mostram a relação entre as educadoras Betânia e Sílvia com os bebês, Alceu e Martins (tabela 3), foram minuciosamente observadas e analisadas, e foram escolhidos episódios que fizessem articulação com os objetivos dessa pesquisa, que serão descritos e analisados a posteriori. Na descrição do episódio, levamos em consideração a duração do momento em que o indicador que faz menção à constituição psíquica e da imagem corporal aparece e o contexto da cena. Ainda mais: que palavras, que significantes, emergem na relação com o bebê nessas cenas.

Neste sentido, seguimos tais processos:

- 1) Tivemos a aproximação com os vídeos a serem analisados;

- 2) Estabelecemos quais episódios se articulavam com os objetivos da pesquisa;
- 3) Fizemos a seleção dos episódios e transcrições integrais, levando em consideração a descrição da cena e seu contexto;
- 4) E por fim, a análise. Analisamos os episódios que explicitem esses momentos de cuidados cotidianos, tendo como base os 14 indicadores escolhidos a partir dos eixos de subjetivação do IRDI, que fazem referência à constituição do corpo do bebê, buscando articular a importância do laço educador-bebê.

4.5.2 Análise das entrevistas

A entrevista pode ser considerada uma técnica importante na construção dos dados de uma pesquisa, e tem por finalidade obter informações verbais sobre um grupo específico. Na presente pesquisa utilizamos a entrevista semiestruturada, pois ela abre possibilidades para que as falas espontâneas apareçam (DYNIEWICZ, 2009). O objetivo da entrevista semiestruturada na presente pesquisa consiste em compreender a trajetória profissional das educadoras e ressaltar as nuances que se apresentam no laço com o bebê, e seu corpo na instituição. Mais especificamente, buscará investigar as concepções que as educadoras sociais têm da relação estabelecida com o corpo do bebê no serviço de acolhimento.

Nesse sentido, elaboramos um roteiro de perguntas abertas que fazem referência à prática e à rotina de cuidados das educadoras para com os bebês no serviço de acolhimento, assim como questões em torno do que elas compreendiam da relação do bebê e seu corpo; e sobre o que elas pensavam em relação à função que ocupam na relação com os bebês.

Cabe ressaltar que as educadoras registradas no banco de dados das videografias em julho de 2019, ainda permanecem como cuidadoras na instituição de acolhimento, já os bebês Alceu e Martins não estão mais na casa.

Dessa forma, entramos em contato com as educadoras Betânia e Sílvia para a realização das entrevistas, que foram realizadas via *Google meet*, levando em consideração o contexto da pandemia do COVID-19. Foi enviado por e-mail o TCLE (Termo de consentimento Livre e esclarecido) explicando, de modo

geral, do que se tratava a pesquisa, que as entrevistas eram voluntárias, e seriam gravadas, e que as identidades das educadoras não seriam expostas, e nem suas imagens e a dos bebês.

No que se refere à análise das entrevistas das educadoras, acreditamos que a metodologia IRDI, oferece uma margem interpretativa para a análise das falas das educadoras/cuidadoras, tendo em vista que está imbricada aos objetivos da pesquisa que buscam compreender a função estruturante e como se dá o laço entre educadora e bebê, levando em consideração a teoria psicanalítica.

Nesse sentido, a partir das análises das entrevistas, foi possível estabelecer eixos temáticos pautados nos objetivos desta pesquisa que articulam a função do educador no serviço de acolhimento na constituição psíquica e a imagem corporal dos bebês.

Diante disso, o processo de análise das entrevistas, seguiu os seguintes passos:

1. Num primeiro momento fizemos a transcrição integral das entrevistas com as educadoras Betânia e Sílvia;
2. Em seguida, foi feita uma leitura flutuante e a organização do material, percebendo os trechos das falas das educadoras que se articulam com os objetivos da pesquisa;
3. Logo após, voltamos ao material da entrevista e selecionamos trechos, compreendidos como ilustrativos, no que se refere aos eixos de subjetivação do IRDI (Suposição de sujeito; Estabelecimento da demanda; Alternância presença/ausência e Função Paterna).
4. Por último, estabelecemos eixos temáticos que explicitam as concepções ou pontos centrais na articulação com os objetivos da pesquisa.

4.6 Aspectos éticos da pesquisa

Cabe ressaltar, nesse primeiro momento, a preocupação em assegurar os direitos das crianças e dos educadores que participaram dessa pesquisa, se faz imprescindível. A pesquisa se compromete a cumprir os princípios éticos que visam proteger os direitos, a dignidade e o bem-estar dos participantes (ALVARENGA *et al*, 2012).

Como fizemos uso do banco de dados, é importante ressaltar que a autorização dos registros videográficos, assim como da realização da pesquisa de forma geral, foi aprovado pela juíza da 1º vara da infância e Juventude da Comarca da Capital, Hélia Viegas da Silva, conforme assinado o ofício nº 175/2016 e por Claudia Souza, coordenadora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude Governo do Estado de Pernambuco.

Ressaltamos o cuidado na análise das vídeo-gravações, e que não utilizaremos como material de divulgação, garantindo a preservação da identidade dos participantes da pesquisa, sejam os bebês e as educadoras que aceitaram participar, e que possuem registros de suas imagens no banco de dados.

No que se refere aos riscos da pesquisa, acreditamos que o nosso estudo não oferece risco aos participantes, e reiteramos que mesmo usando o banco de dados no NINAPI, preservaremos a identidade das educadoras e dos bebês, que aparecem nas cenas nas relações de cuidado e o sigilo, no que diz respeito, ao material produzido nas entrevistas. Partimos do pressuposto, no que concerne aos benefícios da pesquisa, esperamos que o material aqui discutido e a temática levantada, crie possibilidades de interlocução e reflexão sobre as práticas de cuidados aos bebês nos serviços de acolhimento. Assim como poder contribuir para pensar também espaços de formação a fim de refletir sobre a saúde mental na primeira infância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 5. CONCEPÇÕES DE CUIDADO NA ROTINA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O recém-nascido é sensível à linguagem e às suas imprevisibilidades. Ele se exprime, percebe, aprende. Acima de tudo, está submetido aos efeitos da linguagem que lhe escapa, àquela do inconsciente, de seus pais, da sociedade (Szejer, 2016, p.9).

Neste capítulo pretendemos apresentar as concepções sobre cuidado, refletindo acerca da constituição psíquica e laço educadora-bebê, a partir das entrevistas realizadas com as educadoras sociais da instituição escolhida nesta pesquisa. Partindo do pressuposto que há em questão uma trama inconsciente nessas relações, buscamos evidenciar o que o bebê pode evocar da educadora e o que os trechos de suas falas podem revelar desse enlaçamento. Dessa forma, nossa análise se dará a partir das perguntas feitas na entrevista (Apêndice B), que buscaram compreender um pouco da rotina na instituição de acolhimento, e a concepção das educadoras/cuidadoras sobre o desenvolvimento dos bebês e sua relação com o corpo.

5.1 Que lugar ocupam as educadoras na relação com o bebê no serviço de acolhimento?

Segundo Cuperman (2011) a condição de entrada de um bebê, uma criança ou um adolescente em uma instituição de acolhimento parte de “circunstâncias compreendidas como vulnerabilidade física, social e também psíquica” (p.91). Dessa forma, podemos refletir que eles chegam a instituição trazendo consigo uma história pregressa, e o grande desafio dos educadores atravessa justamente esse ponto: “abrigar as histórias, os conflitos e permitir que a criança possa ser acolhida do jeito que é” (p.92).

Nesse sentido, trataremos a discussão neste tópico, excertos das entrevistas realizadas com as educadoras Betânia e Sílvia, sobre a rotina com o bebê no serviço de acolhimento, assim como, o que elas pensam sobre a relação com os bebês na instituição, a fim de refletir sobre que lugar elas ocupam, sobretudo afetivamente, no cuidado com os bebês. Durante a entrevista, a educadora Betânia mostrou-se mais disponível para falar mais abertamente

sobre a sua rotina de trabalho e sobre as perguntas que eram feitas, a educadora Sílvia respondeu mais brevemente, mostrando-se mais tímida.

Um ponto importante que aparece na fala das educadoras, é como elas chegaram ao serviço de acolhimento, ou seja, de como se deu essa escolha de trabalhar se ocupando de bebês. Sobre isso pudemos perceber que no caso de Betânia, há um atravessamento pessoal e familiar que a levou a visitas no serviço de acolhimento, que fez ela se encantar sobre o trabalho que lá era feito, até poder ser chamada para trabalhar na instituição, função que se encontra há 14 anos.

Já a educadora Sílvia que atua nessa função há 10 anos, fala que a escolha da profissão se deu porque gosta muito de crianças:

Assim, é que eu gosto muito de criança, entendesse? Eu adoro criança. Criança e idoso, eu já trabalhei com idoso também. São essas duas partes que eu amo. Aí assim, me interessei né? Eu entreguei meu currículo pra cá, me chamaram, tava desempregada também em casa, e gosto muito do que faço aqui. (Educadora Sílvia)

Numa psicanálise levamos em consideração as tramas inconscientes, que aparecem nos discursos dos sujeitos, daquilo muitas vezes que está velado, ou num segundo plano do não-dito. Dessa forma, escutar atentamente o que as educadoras narram de suas escolhas e posições discursivas na rotina com os bebês, é estar atento a transferência, e o que as motivou a trabalhar especificamente com bebês que nesse caso, bebês acolhidos.

Sobre isso Marin (1990) coloca que é fundamental para quem trabalha com histórias de abandono, de poder se conscientizar de que as faltas vividas não vão poder e sobretudo não deverão ser totalmente preenchidas. Isso nos faz pensar que a construção social em torno do que é família, traz a ideia de que a criança que é impossibilitada por diversos motivos do convívio com seus familiares, acaba caindo num lugar de exclusão social. Essa situação traz de imediato a reação de sentir pena do abandonado, colocando-o num lugar de impotente, de coitado, incompleto, fazendo com que a pessoa que se ocupa dos cuidados com o bebê, busque resgatar e recuperar tudo o que ele perdeu.

No que concerne à rotina na instituição, as educadoras colocam que geralmente o dia é bastante agitado, porque cuidar de bebês é um fazer que

demanda bastante. Sobre o regime e carga horário de trabalho na instituição, Betânia e Sílvia colocam que funciona por meio de plantões, numa lógica 12 horas por 36. Ainda sobre a rotina, Betânia fala:

Aqui a gente trabalha 12 horas por 36, aí trabalha um dia e folga outro, é assim...é corrido né? Você lidar com bebês de 0 a 1 ano e 6 meses, porque requer paciência, aí tem que você estar disposto, requer você...éee (pausa), gostar do que faz. Aí se você diz assim: vou pegar essa hora pra sentar e descansar, sempre vai ter um chorando, vai ter um que quer comer, aí é assim bem agitadinho, o dia todo.

Percebemos então, que há uma rotatividade de educadoras nos cuidados com os bebês na instituição, que exigem das mesmas muita disponibilidade sobretudo psíquica, nessa rotina. Discutindo o cotidiano no serviço de acolhimento, Montagna (2011) reitera que por conta dos plantões de serviço, há um rodízio frequente daqueles que se ocupam dos cuidados direto com o bebê, na instituição. Nessa perspectiva, é imprescindível que a equipe de educadores/cuidadores tenha um discurso único e organizado, a partir de um plano de trabalho que seja estabelecido para cada criança atendida, e que leve em consideração “os elementos essenciais da rotina e um olhar consoante sobre cada bebê” (p. 100).

Quando perguntadas sobre o quantitativo de bebês nos berçários que as educadoras se ocupam no dia a dia, Sílvia coloca que, no momento que foi feita a entrevista, ela estava responsável por 5 (cinco) bebês na faixa etária de 1 ano de idade. Já a educadora Betânia, disse que cuidava também de 5 (cinco) bebês no berçário de 0 a 6 meses, mas que varia muito o quantitativo, devido a chegada e saída dos bebês na instituição.

Vale salientar que ambas as educadoras, especificaram que no berçário de bebês de 0 a 6 meses na instituição da pesquisa, há uma educadora fixa por plantão, diferente dos outros berçários em que há um rodízio. Tanto Betânia, quanto Sílvia colocam que já estiveram nos cuidados dos bebês em todos os berçários da casa de acolhimento que vai de 0 a 4 anos de idade. Mas que no momento, Betânia é a educadora- referência que se ocupa dos bebês de 0 a 6 meses de vida. No discurso das educadoras, a explicação para evitar a rotatividade nesses primeiros 6 (seis) meses de vida se dá pelo fato de:

Porque como eles são bebezinhos, imagina, eles iam ficar confusos com todo plantão uma pessoa diferente, aí não é bom, né? confunde muito a criança (Educadora Sílvia).

Betânia reitera:

Faz uns 2 anos que eu tô especificamente nesse berçário, mas eu já passei por todos os berçários, mas esse é o mais diferente de todos, porque quem faz a rotina é eles, não é a gente, feitos os grandes né? aqui o primeiro berçário é mais separado né, porque requer mais cuidado, requer mais atenção, só quando a diretoria acha por bem trocar o funcionário, aí a gente vai pra outro berçário (Educadora Betânia).

É possível perceber que a instituição de acolhimento e as educadoras, se mostram atentas ao desenvolvimento do bebê, pensando aspectos da rotina que possam melhor possibilitar um acolhimento e uma percepção que permita ao educador construir, na relação com cada bebê, um entrelaçar de sentidos próprio e singular, isso permite singularizar os cuidados ao bebê, embora estejamos falando também de um espaço coletivo.

Dessa forma, Montagna (2011) ressalta que no espaço de acolhimento, é o educador-referência que ficará responsável pelo cuidado e desenvolvimento do bebê destinado a ele. Isso permite que o bebê estabeleça uma relação direcionada, e de investimento psíquico. Essas “escolhas” de quem ocupará o papel de educador-referência, para cada bebê, deve se dar de forma coletiva e dialogada com os outros educadores, a fim de não causar mal-estar e nem possíveis rivalidades. Não fica claro no discurso das educadoras, quais requisitos se valem para que um educador, fique mais tempo em um berçário específico, tendo em vista que as mesmas falam que há um rodízio em determinados períodos e que quem elege as localizações dos berçários e das educadoras, é a diretoria da instituição.

Albano (2011) faz alguns apontamentos em relação à importância do educador que cuida do bebê, poder conhecer sobre sua história e a de seu acolhimento. Isso permite que o educador se dirija ao bebê, de forma singular. Cabe colocar que as educadoras não recebem informações oficiais dos motivos ao quais os bebês foram acolhidos, devido ao sigilo judicial, o que pode acabar gerando hipóteses e fantasias em torno da história pregressa da criança e o que poderia ter acontecido. As educadoras ainda colocam que, as vezes acabam

sabendo por “alto” da história da criança, dependendo de onde ela vem, se do hospital ou se retirada da família, mas que na instituição evitam falar sobre.

5.1.1 Como é a chegada de um novo bebê na instituição?

No que concerne a chegada dos bebês no serviço, as falas das educadoras revelam uma preparação da instituição para acolher o novo bebê que chega, pode-se notar ainda que há uma mobilização de quem trabalha na casa para conhecer e dar boas-vindas a criança. Perguntadas sobre como é para elas, receber um novo bebê, colocam:

É um a mais, pra gente dar carinho, dar amor. É diferente quando a gente já tá acostumado com aquele, e chega um novo, aí vai todo mundo ver, vai todo mundo conversar, vai querer saber o nome. Geralmente quando chega bebê avisam, “olha vai chegar tal bebê”, aí já diz a idade. A gente não escolhe quem especificamente vai receber o bebê, porque ele vai pro berçário da idade dele e a cuidadora que tiver no plantão, já faz a acolhida dele (Educadora Sílvia).

No discurso da educadora Betânia, é possível perceber um certo saber construído na relação com os bebês que chegam ao acolhimento, o que permite ela construir percepções e significações que trazem a singularidade da criança que chega a casa, o que é imprescindível quando pensamos na constituição do laço educadora-bebê. Sobre isso ela coloca:

Quando a gente recebe um bebê, assim... há bebês né? Tem aqueles que vem do hospital quando nasce, o recém-nascido, ele vem quietinho, ele vem sem chorar, ele vem...(pausa) ele acabou de nascer né? Então ele vem diferente, ele não vem assim...é...(pausa) tão choroso como os outros não. Ai a gente acolhe, dá aquele carinho que precisa, dá aquele aconchego, passa um pouco de tempo com ele no colo. Já o bebê que vem de casa, ele que é retirado, ele já vem mais choroso, vem assim, um bebê sem ser mais tranquilo né. Porque foi tirado da família, já conhece a família, se ele tiver 2 ou 3 meses ele já tá mais esperto, é diferente do bebê que acabou de nascer há poucos dias, e assim, a rotina do berçário muda quando chega um diferente, já muda, porque ele vai chorar mais, já vai acordar os outros, a rotina da comida dele também já vem diferente, o horário dele dormir já é diferente, fica muito movimentado, basta um pra movimentar o berçário todo (ri). A gente tenta fazer da chegada dele a melhor possível né? Dá aquele carinho, aquele aconchego, prepara logo uma mamadeira de leite, pra que ele se sinta confortável (Educadora Betânia).

Nessa perspectiva, Montagna (2011) reitera que assim como a família pode se preparar para a chegada do bebê em casa, é importante que a instituição de acolhimento também tenha essa preocupação, pois é preciso criar um espaço que consista em, organizar o quarto, o berço, falar com os educadores e também as outras crianças, para que o bebê recém-chegado sintasse acolhido. O autor ainda coloca que diante dessa chegada, é natural que os educadores que se ocupam do bebê, fiquem com sentimentos ambivalentes, “na medida em que se pode sentir raiva por quem ‘abandona um bebê tão lindo’ ou também se identificar com a perda e o sofrimento da mãe” (p.99). Na entrevista com as educadoras não foram explicitadas essas ambivalências, no que diz respeito a história pregressa do bebê nessa anterioridade parental.

5.2.1 Entre tabus e afetos: atravessamentos inconscientes na relação entre bebês e educadoras no acolhimento

Quando fala-se em instituição e cuidado junto à bebês ou crianças pequenas, há de certa forma um tabu em torno dos limites que circundam a relação. Até que ponto posso me apegar? Dessa forma, traremos excertos do que as educadoras pensam sobre suas funções na relação com o bebê, nesse contexto, no serviço de acolhimento.

A psicanalista Rosa Mariotto (2006) discorre sobre a importância de se direcionar ao bebê, ofertando-o um lugar singular diante os cuidados na rotina, nesse caso no acolhimento. É preciso que um adulto possa se oferecer disponível para transformar situações lidas como “corriqueiras e cotidianas” em momentos de encontro com esse bebê. “Mesmo que se trate de um trabalho coletivo, já que são vários bebês ao mesmo tempo, a especificidade do laço com cada um deles precisa se destacar (p.139).

O educador pode ficar atento e observar os bebês nos momentos da rotina, de como cada um reage ao seu toque, e aos cuidados corporais, se o bebê tem e mostra alguma preferência por algum objeto, como ele gosta de ser cuidado e como ele expressa tais afetos. Se durante o banho, ele gosta de ser segurado? Ou seja, é a construção de um saber entre educador e bebê, que diz respeito aquele enlaçamento específico, que singulariza o bebê.

É possível perceber na fala das educadoras, indicadores que nos remetem a uma possível singularização, na prática e rotina junto aos bebês, explicitadas através de como elas percebem que os bebês gostam de ser cuidados, o que nos faz menção, a função maternante. Nesse sentido, no que se refere ao saber materno, que se entrelaça a constituição psíquica do *infans*, a educadora Betânia coloca:

Tem aquele bebê que requer mais carinho, que requer mais um cuidado, são diferentes né, são diferentes. Aí tem uns que não amamentaram, e sentem essa falta, quer um aconchego, quer tá no colo, quer aquela atenção, diferente de um menino que já tá engatinhando, que já pega o próprio brinquedo, que pede água, que pede comida, esses bebês menores são exclusivamente dependentes de quem tá tomando conta (Educadora Betânia).

O que Betânia faz, segundo Albano (2011) é uma antecipação feita pelo adulto em relação ao bebê para que ele possa ir construindo um “eu” como instância psíquica e imagem corporal unificada. Ela supõe o que o bebê solicita, e faz disso uma demanda direcionada a ela, ou seja, Betânia atribui um significado às manifestações do bebê. Winnicott, nomeia essa ilusão antecipadora como “loucura normal das mães”, que inscreve o bebê no desejo materno, em que o adulto vê o *infans* como capaz, “um reizinho, uma bailarina, um jogador de futebol, quando ainda é só um pequeno bebê” (p.51), o cuidador lhe atribui um saber que é importante, para que a posteriori ele possa falar em nome próprio.

Nessa perspectiva, quando perguntada às educadoras, sobre o que é necessário para que um bebê venha a se desenvolver, colocam:

Pra que ele se desenvolva bem, ele tem que ter amor, tem que ter carinho, ele tem que ter aquele olhar específico de quem tá tomando conta, tem que ter, é (...) a comida com certeza, o alimento, mas o cuidado, aquele cuidado materno, ele tem que ter, se não tiver aquele cuidado, o carinho materno, de mãe mesmo, porque a gente faz papel de mãe. A mãe leva pro hospital, a mãe dá vacina, a mãe limpa, a mãe dá carinho, eles só não tem aquele carinho específico de uma MÃE (a voz fica mais firme). Aí ele tem o amor da tia, da cuidadora, por mais que a gente fale que não pode, a gente beija, abraça, mas a gente não é a mãe deles, mas eles precisam desse carinho pra que

cresçam e se desenvolvam bem. Porque não é só o alimento né? Ele tem que crescer o emocional (Educadora Betânia).

Assim, dar muito carinho a criança, conversar com eles, tem que ter diálogo com a criança na rotina do dia a dia. Se você botar uma criança recém-nascida lá, lógico ele não vai entender tudo, mas quando chega uns 3 meses em diante, começa a falar, eles riem, brincam, isso vai ajudando a criança a se desenvolver (Educadora Sílvia).

Na posição discursiva das educadoras, fica evidente como elas levam em consideração o lugar do afeto, na relação de cuidado com os bebês no acolhimento. Para elas, é preciso ter um olhar singular para cada bebê e seu desenvolvimento, se distanciando do discurso de uma prática que faça referência a um cuidado mecânico e automático. Ainda aparece na fala de Betânia, o significante “mãe”, onde ela estabelece uma diferenciação entre o papel de mãe e o carinho específico de uma mãe. Betânia, parece se inscrever no lugar que discutimos nessa pesquisa, o de ocupar o lugar de função maternante, ou seja, um lugar estruturante no vínculo com o bebê, para que ele venha a se constituir, sem querer suprir uma possível “ausência materna” na relação com os bebês. A mesma ainda faz referência a um cuidado para além do organicista e higiênico, é preciso que cresça o emocional, ela reitera.

Nesse sentido, podemos colocar ainda, que a passagem do orgânico para o campo da pulsão, se dá quando o bebê precisa de um cuidador, um adulto que ouça seu choro e seja capaz de recebê-lo como um chamado, um apelo direcionado que precisa não somente ser interpretado, mas que promova uma ação que lhe proporcione conforto novamente. Dessa forma, o que representava apenas uma via de descarga, isto é, o choro, “passa a ter a função de comunicação e adquire matizes: o bebê realmente passa a chorar de modo diferente, mediante ao sentido inicialmente atribuído pelo cuidador” (ALBANO, 2011, p.38).

Nos deparamos então com duas operações psíquicas importantíssimas para que o bebê possa se desenvolver sem maiores entraves em sua constituição. Estas são: alienação e separação. No que concerne ainda ao cotidiano no serviço de acolhimento, perguntou-se como é se despedir do bebê

e, ambas as educadoras responderam numa lógica de como acontece no fim do expediente.

(Suspiro longo) é difícil né? E principalmente aquele que você se apega mais (riso) porque tem que ir, tem que deixar né? E no outro dia volta. No momento eu não cheguei a esse ponto não...de querer cuidar mais de uma criança específica, pra mim eu amo todos, sinto a falta de todos, não tenho aquela separação de um ou de outro não (Educadora Sílvia).

A gente conversa, a gente conversa como se eles fossem gente grande né? A gente até brinca assim, olha mamãe vai pra casa, mas amanhã mamãe vem cuidar de você, eu não sei se eles entendem muito, mas sei que a gente faz assim, dá uma de mãe mesmo né. Conversa com eles. Aí as vezes eles soltam a chupeta e botam pra chorar, aí a gente volta, acalenta de novo, dá aquele jeitinho, porque senão a gente não consegue sair, porque sempre vai ter um chorando. A gente fica triste porque sabe que tá indo embora, mas a gente sabe também que quem tá chegando vai dar aquele carinho específico. Agora quando a gente sai que tem um doentinho, aí a preocupação aumenta, aí a gente liga pra saber como que tá, se tá melhor, se teve dor, a gente sempre tá se comunicando, mas eu vou tranquila, porque sei que quem tá ficando cuida dele de igual modo (Educadora Betânia).

Percebemos então que tanto Betânia, quanto Sílvia, explicitam em seus discursos que não é tão fácil, a despedida dos bebês no serviço de acolhimento. Sílvia especificamente fala sobre a dificuldade em se despedir principalmente do bebê em que há um nível de enlaçamento maior, “aquele que você se apega mais”, ao mesmo tempo que se mostra ambivalente quando diz que, ainda não chegou ao ponto de querer cuidar de um bebê em específico, afirmando que cuida de todos em igual modo.

O sentimento de ambivalência é natural de ser vivenciado na prática das educadoras, tendo em vista os tabus existentes em torno do apego, em relação ao bebê no serviço de acolhimento. Sobre perceber no bebê um traço de predileção, Bridon (2019) discorre que na prática de cuidados com quem se ocupa da primeira infância, alguns educadores conseguem supor sujeitos em alguns bebês por “verem neles alguma marca de si próprios que lhes permita fazer nascer seu narcisismo primário e sobre eles projetar, de forma apaixonada, as mesmas idealizações que teve de recalcar (p.74). Há um atravessamento

inconsciente nessas relações que nos convoca a pensar a forma como se dá o enlace entre educadora e bebê e a partir de que lugar?

Ainda dessa perspectiva a educadora Sílvia coloca:

Tem uns bebês que chamam mais, sempre chama mais pela aquela tia, diz o nome daquela tia e é o normal da criança né? Ela se apega a uma tia diferente. Todas tratam bem, cuidam com muito amor e carinho, mas eu creio que eles sempre têm uma escolha por aquela tia (risos) – (Educadora Sílvia).

Sobre esse ponto, Mariotto (2006) coloca que cada laço entre o bebê e os adultos ao seu entorno se dá de forma única. Nisso, é importante que os educadores estejam atentos e respeitem a singularidade e as preferências de cada criança. Para a autora se o bebê já se mostra capaz de preferir um cuidador ou outro, isso revela que os educadores se permitem disponíveis a relação e se permitem se fazer escolher pelos bebês.

No que se refere aos cuidados com o corpo do bebê, sabemos que é no entrelace da constituição psíquica, que se dá na relação com esse Outro primordial, que se organiza a imagem corporal do *infans*. Consonante a isso, quando perguntado a Betânia e Sílvia, sobre como elas pensavam que o bebê poderia desenvolver o reconhecimento do seu corpo e como elas achavam que ele brinca com o corpo, ambas demonstraram dúvidas na compreensão da pergunta, formulando questões muito mais gerais em torno do corpo físico do bebê e respondendo de forma muito breve.

Eu percebo assim, a primeira coisa que eles acham é as mãos, quando a gente coloca uma luvinha na mão colorida, aí eles começam a pegar, puxando a luvinha da mão. Nos primeiros meses os médicos dizem que eles não enxergam nítido a gente né, só aquele vulto. Mas quando dá 2, 3 meses eles começam a perceber e aí acompanham o olhar, eles tiram a luva, os pés, eles levantam os pés, olham pros pés, olha pra roupa da gente que é branca, eu acho que é por aí, mais ou menos. Eles tiram a máscara da gente, tiram a touca da cabeça da gente, faz carinho no rosto, aí eles reconhecem sim, a fala da gente. A fala das tias, tem tias específicas aqui que quando eles ouvem, já se viram todinho (Betânia).

Acho que com 3 meses, começa a ficar olhando pra mãozinha né? Botando a mãozinha na boca, as vezes quer botar os

pezinhos. A gente pendura uns bonequinhos, e eles ficam querendo pegar. Quando eu chego eles tão no bercinho, aí eu vou falando com cada um deles, e eles riem que só, aí saio mexendo na mãozinha (Educadora Sílvia).

Através das falas das educadoras, podemos perceber no discurso um bebê que é ativo, e está atento ao seu entorno. Jacintho (2019) argumenta dizendo que é preciso considerar também o papel ativo do bebê na relação com o Outro, pois isso nos permite notar e estar atento as dificuldades ou entraves no estabelecimento do laço, que podem provir do agente da função materna, mas também por do próprio bebê.

Percebemos também no registro que Sílvia traz, indícios do circuito pulsional nos bebês, quando a mesma coloca que eles: *“botam as mãozinhas na boca e às vezes querem botar os pezinhos”* demonstrando que a educadora consegue perceber as manifestações psíquicas e que fazem referência a constituição corporal do bebê. Notamos nesses excertos, um bebê que encontra-se no autoerotismo e que se faz apetente simbolicamente, como argumenta a psicanalista Graciela Crespín:

chamo de simbólica essa apetência do recém-nascido, porque ela visa a uma pura troca relacional, uma pura satisfação na troca, na presença, sem nenhuma referência à satisfação das necessidades, no entanto tão prementes no início da vida (2007, p. 42).

Essa passagem de cuidar do bebê somente no campo orgânico, para a compreensão de que nele há uma atividade e interesse, permite que se produzam inscrições significantes da relação com aquele que se localiza na função de dar continuidade aos cuidados com o bebê. Dessa forma, é através do investimento libidinal do Outro, que o corpo do bebê poderá deixar de ser apenas funcional para ocupar o estatuto de corpo erógeno. Trabalhar com bebês é portanto, sustentar o indizível na prática cotidiana, é lidar com corpos que não falam, mas que nem por isso deixam de ser sujeitos (JACINTHO, 2019). No capítulo a seguir, discutiremos as nuances da relação corporal entre educadoras e bebês de forma mais aprofundada, trazendo as cenas interativas.

CAPÍTULO 6. INDICADORES IRDI, IMAGEM CORPORAL E ENLACES ENTRE EDUCADORAS E BEBÊS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Buscamos neste capítulo apresentar e analisar quatro episódios selecionados do banco de dados do NINAPI, que fazem referência a como se dá o enlaçamento entre cada bebê com as educadoras, participantes dessa pesquisa. Utilizamos então dos 14 indicadores do IRDI, propostos por De Césaris (2014), num recorte da imagem corporal (conforme apêndice A) enquanto leitura possível para a análise das cenas interativas na rotina de cuidados, buscando analisar como são compreendidas e percebidas a relação com o corpo do bebê no serviço de acolhimento, partindo do pressuposto que o corpo do *infans aparece como um espaço entre o sujeito e esse Outro primordial* a partir da pulsão que circula entre o bebê e a função maternante. Nesse sentido, cabe reiterarmos que as leituras de cada criança a partir do IRDI, foram analisadas qualitativamente e de forma singular, apresentando de forma geral quais indicadores se fazem presentes e ausentes, levando em consideração o contexto da cena e às entrevistas com as educadoras. Dessa forma, dividimos esse capítulo em seções, no que concerne a relação de cada educadora nos cuidados com os bebês Alceu e Martins.

6.1 Enlaces no serviço de acolhimento: educadora Betânia.

Spitz (1979) evidenciou em suas pesquisas sobre o primeiro ano de vida dos bebês, a importância das relações intersubjetivas no desenvolvimento do sujeito humano. A partir de suas observações nos orfanatos e berçário de uma prisão de mulheres, analisou os perfis de cuidados e ressalta a importância do vínculo entre função materna e bebê, não somente para a sobrevivência do *infans*, mas também para a sua constituição psíquica. Não é à toa que ele chama atenção para o quadro de hospitalismo, que aponta os riscos à constituição psíquica de bebês que estavam institucionalizados e que recebiam cuidados impessoais e mecânicos, voltados apenas à sobrevivência do organismo, corpo físico.

Nesse sentido, a perspectiva do cuidado que propomos discutir nesta pesquisa, prioriza o laço educador-bebê e seus aspectos interacionais,

entendendo que é necessário que o adulto cuidador esteja disponível para o encontro com o bebê, e se mostre interessado e atento às suas ações, e como ele mostra e comunica com seu corpo (ALBANO, 2011).

Assim sendo, analisaremos a seguir, dois (2) episódios, que fazem referência aos cuidados e de como se estabelece o vínculo entre a educadora Betânia e os bebês: Alceu e Martins, buscando compreender também o seu perfil de cuidado. Conforme explicitado na (tabela 3) desta pesquisa, assistimos de forma detalhada e minuciosa as cenas interativas de cada educadora com os bebês, a fim de poder discutir de forma aprofundada as nuances do que emerge nas relações. Discorreremos a seguir o primeiro episódio.

Episódio 1: Alceu e educadora/cuidadora Betânia

Atividade de cuidado: momento do banho e da troca

Marcação temporal: 00:02:38 – 00:03:10

Descrição do episódio:

Início do episódio: a educadora Betânia dá banho em Alceu na cuba, enquanto ele segura um frasco de shampoo vazio que ela deu no início do banho, para que ele pudesse brincar. Ela o levanta para lavar suas costas e nesse momento, Alceu a olha diretamente nos olhos, gargalhando e dando gritinhos de felicidade. Ela o olha e diz: eeeeeei! Sorrindo de volta. *Tá bom, terminou* (ela diz se referindo ao banho).

Nesse momento, ele olha para o lado, enquanto ela o enxuga em cima do trocador de fraldas. Ele tenta pegar outro frasco de shampoo que está ao seu lado, consegue, gargalha e o oferece a Betânia, olhando-a firmemente.

Ela o olha e responde com a voz melodiosa: *eitaaaaa!*

Alceu começa a olhá-la e gargalhar com o frasco na mão. Betânia diz ainda com a voz melodiosa: *barriga cheia, tomado banho, é só alegria né?* Alceu continua com os frascos nas mãos enquanto ela coloca sua fralda.

Alceu começa a dar gritinhos/vocalizar que soam como “*ia*”, e Betânia responde: *oiii!*

Alceu faz novamente: “*ia*” e Betânia responde com voz melódica: *oiii, o que foi?*

Este primeiro episódio narra o momento da atividade do banho e da troca, realizada pela educadora Betânia na relação com Alceu, bebê de 1 ano de idade, que está na instituição de acolhimento há 8 meses. No início da cena do banho, Betânia retira a roupa do bebê, nomeando quais seriam os próximos passos no cuidado, enquanto Alceu responde com uma risada em direção a educadora, vocalizando. Durante o banho, o bebê convoca por diversas vezes a educadora, buscando interação. Betânia mostra-se bem disponível e atenta, respondendo aos investimentos do bebê, nomeando e antecipando as falas do mesmo, trazendo um sentido “próprio” de significações, na relação entre eles.

É possível notar que Betânia e Alceu, compartilham uma linguagem particular, acompanhada de trocas e manifestações jubilatórias. Percebemos na cena também, que a educadora toma para si, as demandas e vocalizações do bebê, fazendo-nos refletir sobre o eixo suposição do sujeito (SS) que consiste numa antecipação realizada por aquele que ocupa o lugar de função materna para o bebê, que supõe a presença de um sujeito psíquico no bebê que ainda não se encontra, realmente constituída, mas há uma aposta, “que faz com que o bebê tente corresponder ao que foi suposto nele” (KUPFER et al, 2009, p. 11). O eixo estabelecimento da demanda também se faz presente, pois consiste na compreensão de que, “o choro do bebê, a agitação motora, a sucção da própria língua, é interpretada pela mãe como um pedido que a criança dirige a ela” (p. 12).

Ao responder o bebê, por meio de uma fala prosódica e direcionada, o *manhês*, é possível constatar que Betânia faz uma antecipação de que há a presença de um sujeito psíquico em Alceu, o que causa grande prazer no bebê

que responde as palavras carregadas de musicalidade da educadora. Para Ferreira (2010):

É a participação da criança na “protoconversa” que nos autoriza a fazer referência à pulsão invocante como aquilo que vem justificar a atração do bebê pela voz materna e a sua participação no manhês. Se tal sedução se faz verificar é porque há gozo. Se o bebê ainda não foi tomado pelo nível semântico da linguagem e se, ainda assim, ele se deixa cativar pelos sons da fala materna, graças aos sinais e à qualidade da voz que escuta, chegando mesmo a provocar e a contribuir para o enredamento pelo qual se deixa tecer, é graças ao gozo que o favorece tanto quanto à mãe. O gozo do Outro, aliás, não lhe passa despercebido nem lhe é indiferente (p.66).

É possível perceber que há um enlace entre Betânia e Alceu, pois a educadora mostra-se sensível a relação com o bebê, e apesar da rotina, seus cuidados não se mostram mecânicos, nem automáticos, mas interessados em singularizar o laço com Alceu e partilhar trocas afetivas, voltadas a sua constituição psíquica. Dessa forma, através das leituras das cenas videogravadas, foi possível observar a presença de indicadores importantes no que concerne, a constituição da imagem corporal do bebê.

Estando Alceu com a idade de 1 ano, foi possível constatar a presença dos indicadores, aos quais citaremos, os que mais se sucederam: (3) a criança reage ao manhês; (4) a educadora propõe algo à criança e aguarda sua reação, podemos ver esse indicador quando Betânia oferece um frasco de shampoo a Alceu no momento do banho, e ele aceita, passando a brincar com o objeto e logo após oferecê-lo a educadora, numa espécie de jogo singular; (5) há trocas de olhares entre o bebê e a educadora; (9) a educadora fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases; (10) a criança reage (sorri, vocaliza) quando a educadora se dirige a ela; (11) a criança procura ativamente o olhar da educadora; (15) durante os cuidados corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora; (20) a criança faz gracinhas.

A presença de tais indicadores nos apontam, um encaminhamento positivo no processo de constituição psíquica do bebê, no que diz respeito a presença da inscrição de um corpo pulsional, que se dá na troca relacional entre Betânia e Alceu.

No episódio 2, discorreremos a seguir, a cena interativa de Betânia no cuidado com o bebê Martins, que tem 7 meses de idade, e encontra-se acolhido há cerca de 5 meses.

Episódio 2: Martins e educadora/cuidadora Betânia

Atividade de cuidado: Momento do banho

Marcação temporal: 00:01:25 – 00:04:03

Descrição do episódio:

Início do episódio: a cuidadora Betânia vira Martins, para lavar suas costas durante o banho, em seguida ela diz com voz melodiosa: *éeee, o gotôso de tia.* O bebê nesse momento está olhando para baixo. Em seguida, a educadora senta Martins na pia para enxugá-lo e ele sorri e vocaliza emitindo sons. Há um encontro de olhares entre ambos nesse momento, Betânia ri.

Martins se esforça para pegar o frasco de shampoo que está a sua frente, enquanto a educadora termina de enxugá-lo.

O bebê é deitado no trocador de fraldas e começa a dar “gritinhos” olhando direcionado a Betânia, logo após, vira ao lado enquanto morde a toalha e começa a vocalizar num tom de resmungo e rapidamente a educadora responde: *o que foi? O que foiii, gôdinho?* Num tom melodioso, enquanto põe a fralda nele. Enquanto isso, Martins coloca as mãozinhas na boca e continua as vocalizações num tom de conversa com a educadora. *Hein? O que foi meu gôto?* Diz Betânia.

Martins começa a vocalizar com mais intensidade e a educadora responde com o manhês: *éeeee, sim! Você quer dizer o que? Hein?* O bebê aguarda ela falar e retorna as vocalizações virando seu corpo em direção a educadora.

Betânia diz: *são muitas partes né, gôdinho?*

Enquanto passa o hidratante no corpo do bebê.

Martins ri, e vocaliza em direção a ela.

O episódio 2, se refere a rotina também do banho entre a educadora Betânia e o bebê Martins, de 7 meses de idade. Ao começar a cena, é possível perceber que a educadora já fala com o bebê, através de uma linguagem particular, o manhês. No discurso de Betânia, encontramos o que Crespim (2007) nomeia como “encontro inaugural” que é o momento em que uma resposta “emerge do chamado do bebê, e a partir do qual o significante poderá se inscrever em seu corpo, permitindo-lhe passar do estatuto de ser de necessidade para ser de desejo” (p.187). Martins, responde de imediato à voz da educadora com vocalizações, estabelecendo com a mesma, turnos de fala, que constata a presença dos eixos: suposição de sujeito (SS), estabelecimento da demanda (ED) e alternância presença-ausência (PA).

Betânia antecipa os atos de Martins, nomeando-os, e tomando-os direcionados a ela, numa espécie de convocação. E os turnos de fala, nos mostram que há uma inserção simbólica de Martins, na relação com a educadora, o que nos fornece evidências da operação psíquica de alienação.

Betânia também cria um apelido ao bebê e Martins responde, e não um apelido qualquer, “gôdinho” que nos remete a um termo carinhoso dado pela educadora ao bebê, mas que também nos suscita a articulação ao campo da pulsão, tendo em vista que para Infante *apud* Mariotto (2000)

a incorporação simbólica do filho pela mãe que interpreta seu grito como apelo será capaz de subverter o fisiológico, introduzindo-o no esquema da pulsão: comer/ser comido, chupar/ser chupado (p. 67).

Nesse sentido, cabe ressaltar que a forma como Betânia interage com Martins, nos remete também aos conceitos propostos por Winnicott, como o *Handling* e o *Holding*. Onde este primeiro estaria ligado a “manipulação”, isto é, aos cuidados através dos quais, o agente materno se prende fisicamente ao bebê. Estes cuidados estão ligados a rotina o que vai permitindo criar uma estreita relação entre o corpo e o psíquico, sob o qual se “funda o sentimento de

existência que habita o próprio corpo, sentindo-se real” (MARIOTTO, 2016, p. 67). E o segundo, consiste na capacidade do agente materno em “segurar e conter fisicamente o bebê” (p. 67), esta função demanda que o educador seja capaz de adaptar-se de maneira contínua às necessidades do bebê, oferecendo uma imagem suficientemente boa, de alguém capaz de responder às suas demandas, ou seja, a partir da

presença constante do rosto e do olhar materno atento e sensível, é possível favorecer o desenvolvimento emocional levando a criança a uma unidade pessoal: a mãe torna-se um espelho para começar a reconhecer e encontrar uma confirmação de sua própria existência (PALUZZI, 1999, p. 176).

Nessa perspectiva, podemos notar que o ato de Martins colocar as mãozinhas na boca, enquanto vocaliza e a educadora nomeia as partes do seu corpo, nos remete a instauração do circuito pulsional, e que tem como eixos importantes o olhar e a voz. Sobre isso, a psicanalista Laznik (2004) ressalta que o olhar é importantíssimo no vínculo mãe-bebê, e que o não-olhar ou a ausência dessa troca, pode-se apresentar como um sinal de risco no que concerne à constituição psíquica do bebê, e que caso haja falha na instauração do circuito pulsional, pode-se instalar um quadro de sofrimento psíquico. Sobre a instauração do que trazemos aqui do circuito pulsional, cabe ressaltar que:

Esse trajeto pulsional tem três tempos, tal como Freud (1915) o descreve, onde é caracterizado por um primeiro momento ativo em que o bebê se volta para um objeto de satisfação, seguido de um segundo momento passivo em que busca a obtenção da satisfação em seu próprio corpo por meio de um movimento autoerótico. Enfim, o terceiro tempo pulsional é marcado pelo que Lacan chama de “fazer-se fazer”, isto é, pela flexibilidade. O que interessa à criança, nesse momento, é o gozo do Outro do qual se faz objeto de satisfação. Desse modo, estendendo seu pezinho em direção a boca da mãe, o bebê buscaria asism, fazer-se comer de modo ativo, com o objetivo de fisgar o gozo do Outro materno (JACINTHO, 2019, p.87).

Nessa perspectiva, notamos a importância que a voz e o olhar possuem na construção do corpo pulsional no bebê e faz jus, a um momento crucial na constituição psíquica, proposto por Lacan, o estágio do espelho como formador do eu (1966/1984), onde o bebê ao olhar para os olhos, ou para o rosto da mãe, vê refletida a imagem de si mesmo que ela endereça. O estágio consiste num

momento “fundador ou mítico, em que antecipação ou representação da imagem unária conduz à constituição da imagem do corpo do bebê” (DE CÉSARIS, 2014, p. 146).

No que se refere a presença dos indicadores do IRDI, na relação entre Betânia e Martins, pudemos analisar que, aparecem nas cenas interativas: (3) a criança reage ao manhês; (5) há trocas de olhares entre o bebê e a educadora; (8) a criança solicita a educadora e faz um intervalo para aguardar sua resposta, fica evidente nesse indicador os turnos de fala entre Betânia e Martins; (9) a educadora fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases; (10) a criança reage (sorri, vocaliza) quando a educadora se dirige a ela; (11) a criança procura ativamente o olhar da educadora; (12) a educadora dá suporte às iniciativas da criança sem poupar-lhe o esforço, neste indicador temos como registro da cena, Martins se esforçando para pegar o frasco de shampoo, enquanto Betânia o enxuga; (15) durante os cuidados corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora; (17) educadora e criança compartilham uma linguagem particular.

É possível colocar que a educadora Betânia estabelece com Martins, a constituição de um laço, em que se é possível perceber a inscrição do bebê, demonstrando a importância da função estruturante do educador na relação com o *infans*, no serviço de acolhimento institucional, e que o seu perfil de cuidado na rotina junto aos bebês, consiste numa prática sensível, acolhedora e disponível a relação com os mesmos, possibilitando a continuidade simbólica da criança, assim como um aporte físico e psíquico que dê conta não só do organismo e cuidados básicos, mas ao entrelace necessário para que a criança possa vir a se constituir sem maiores entraves, nesse caso, no que concerne à sua imagem corporal.

6.2 Enlaces no serviço de acolhimento: educadora Sílvia

Nesta seção buscaremos trazer mais dois (2) episódios, que nesse caso fazem referência aos cuidados estabelecidos entre a educadora Sílvia, e os bebês da pesquisa, Alceu e Martins, com a finalidade de analisarmos como se dá o enlaçamento subjetivo entre eles, e como são ofertados os cuidados na rotina do acolhimento. A seguir, descreveremos as cenas.

Episódio 3: Alceu e educadora/cuidadora Sílvia

Atividade de cuidado: Pós-banho/momento da troca

Marcação temporal: 00:00:04 – 00:02:19

Descrição do episódio:

Início do episódio: Alceu está deitado no trocador de fraldas, enquanto Sílvia o troca, ele dá “gritinhos” num tom convocatório de gracinha, direcionado a educadora. Alceu olha para a câmera da pesquisadora que registra a cena e sorri.

Uma pessoa externa a cena, chama a educadora enquanto ela pega a fralda. Alceu permanece deitado, levanta os pés, bate as palmas e vocaliza “vávábábá”. Sílvia continua colocando a fralda no bebê, sem direcionar nenhuma palavra a ele.

Sílvia repara que um outro bebê ao lado estava sem o pijama e sinaliza. Alceu rapidamente começa a dar “gritinhos” e percebe-se que há uma agitação corporal que soa desconfortável para ele, ele busca ativamente o olhar da educadora e ela não responde, o tirando do trocador.

Ele começa a vocalizar e logo após chorar.

Alceu se agita corporalmente e Sílvia diz quase inaudivelmente: vamo vestir esse macacão.

O bebê volta a chorar e depois para. Logo após, volta a vocalizar e ri para câmera da pesquisadora e Sílvia diz num volume muito baixo: o que foi?

O bebê se oferece ao colo da educadora, abraçando-a, ela o segura, cheira sua cabeça e o coloca no berço, sem palavras.

O bebê a olha sorrindo, buscando novamente seu olhar, mas Sílvia está interagindo com uma outra educadora no berçário.

Neste episódio, podemos perceber um momento da rotina no serviço de acolhimento que faz referência a relação entre a educadora Sílvia e o bebê Alceu. Logo no início da cena, é possível observar que Alceu convoca a educadora a entrar na relação, por meio dos “gritinhos”, seguidos de risadas e gracinhas, inclusive, também direcionadas a pesquisadora que registrava a cena no momento. É possível notar que durante o momento de cuidados, Sílvia se comunica de forma mínima com Alceu, não lendo os atos do bebê, como uma forma, ou pedido de fazer relação com ela. A educadora parece se concentrar apenas na higienização do corpo do *infans*, deixando a margem os eixos importantes para a constituição psíquica do bebê, reiterados pelo IRDI. Na cena, nos parece que Alceu tenta, se esforça, convoca a educadora com a sua voz, com o seu corpo, levanta os pés, bate palmas e vocaliza, buscando atrair a educadora aos seus encantos, mas Sílvia não devolve tais investimentos ao bebê, se referindo a ele de forma diretiva, em poucos momentos, com o volume de voz muito baixo e sem uma prosódia que pudesse fazer referência ao manhês.

Não é à toa, que Alceu parece se sentir desconfortável quando é mudado de posição, pondo-se a chorar de forma angustiada e junto a isso, o seu corpo se enrijece. Embora Sílvia faça de forma muito cuidadosa e atenta, o banho e a troca do bebê - no que concerne, ao atravessamento do orgânico para a pulsão, percebemos indicadores que precisam ser analisados, pois percebem-se ausentes na relação.

Os eixos suposição de sujeito (SS), estabelecimento da demanda (ED), e alternância presença-ausência (PA) mostram-se com bastante indicadores ausentes, o que nos faz refletir que mesmo que na entrevista, a educadora Sílvia tenha falado da importância do afeto nas relações com o bebê e seu corpo no serviço de acolhimento, no que se refere a prática no cotidiano, não foi possível constatar tais apontamentos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a função materna se situa em dois registros: o da necessidade e o do desejo. As necessidades do bebê serão sempre satisfeitas de acordo com o código simbólico da mãe, de maneira que esta oferece ao filho não apenas alimento, mas também, de palavras. Percebemos nesse episódio, que Alceu e Sílvia parecem não estar conectados a falar uma mesma língua, no sentido de entrarem numa relação particular e que

faça jus a singularidade ou preferências do bebê, o que demarca o desejo materno e a alienação do *infans* ao campo do Outro primordial. Segundo a psicanalista Vorcaro (1997) é preciso que o agente materno tome o grito do bebê, como um signo de uma falta de apaziguamento, que lhe será respondido pela mãe com sua presença confortadora. Dessa forma, entre os estados de tensão e descargas tensionais denunciadas pelo grito do bebê, se o educador o tomar enquanto demanda, é possível desvelar-se então o enlaçamento pulsional. Ainda segundo Lopes (2013)

Táteis ou visuais, contatos sempre acompanhados de alguma voz: acalanto, chamamento pelo nome ou apelido do bebê, mesmo que cheguem até o desabafo de irritação ou desespero pelo cansaço dos cuidadores. Mesmo nesse caso, que também significa investimento afetivo, consiste numa convocação à vida (p.3).

A educadora Sílvia parece não tomar, não nomeia e sendo assim, não antecipa através do empréstimo de seus significantes próprios e do seu olhar os comportamentos do bebê, de seus movimentos e da sua postura, buscando antecipar a maturação motora e tônica, o que Ajuriaguerra (1980) conceituou de diálogoônico. Nesse sentido, cabe reiterarmos que o corpo é o resultado de uma construção a partir do Outro semelhante, que se dá “*pari-passu* à constituição da primeira instância psíquica, o eu (moi), como lacan descreveu no estádio do espelho” (JACINTHO, p. 43).

No que se refere a discussão dos indicadores do IRDI, notamos que os principais indicadores: (3) a criança reage ao manê; (4) a educadora propõe algo à criança e aguarda sua reação; (5) há trocas de olhares entre criança e educadora; (17) educadora e criança compartilham uma linguagem particular, se fazem ausentes na relação entre Alceu e Sílvia, nos alertando para uma inscrição frágil no que diz respeito ao laço subjetivo entre eles.

Fica explícito nos cuidados que Sílvia estabelece, um perfil de cuidados mais mecânico, e com comunicação mínima, voltados mais enfaticamente ao cuidado apenas orgânico do corpo do bebê, não acontecendo a antecipação psíquica, que funda através de um outro desejante, o sentimento de oferta, e de suposição nessa relação.

Nesse sentido, caminharemos então para a última análise do episódio 4 deste capítulo, trazendo a última cena interativa da relação da educadora Sílvia, com o bebê Martins, ao qual estaremos discorrendo a seguir.

Episódio 4: Martins e educadora/cuidadora Sílvia

Atividade de cuidado: momento da troca

Marcação temporal: 00:00:04 – 00:02:19

Descrição do episódio:

Início do episódio: Sílvia enxuga o cabelo de Martins, estando ele de costas sentado na pia. Ela tem um sorriso nos lábios enquanto está nessa atividade de cuidado com Martins. O bebê começa a soltar “gritinhos” e vocaliza bastante nesse momento.

Ela o vira de frente, ele continua vocalizando, olhando-a. Quase inaudivelmente ela diz pra ele: pra quem tava chorando né? Martins ri. O bebê pega a toalha com a qual estava deitado, levanta os pezinhos e leva a mão a boca, enquanto Sílvia termina de enxugá-lo.

A educadora se mantém silenciosa durante a troca de Martins.

Ele então oferece o pé, enquanto Sílvia pega a fralda para colocar no bebê, Martins a olha atentamente e vocaliza. Ele busca ativamente o olhar de Sílvia.

Ele pega no seu pé e depois pega no antebraço da educadora, enquanto ela passa a pomada nele. Ele olha para as próprias mãozinhas e retoma os gritinhos e as vocalizações.

A educadora parece se concentrar bastante apenas na atividade de cuidado que exerce naquele momento, e continua silenciosa. Martins parece ficar mais choroso, então ela o coloca de pé, e de imediato ele para de chorar. Quando ele é deitado no trocador novamente, ele retoma o choro e fica mais agitado corporalmente.

Este episódio faz referência ao momento da troca, situação pós-banho, realizada pela educadora Sílvia na relação com o bebê Martins. É possível notar

no início da cena, que enquanto a educadora termina de enxugar Martins, ele busca interagir com a mesma através das vocalizações e gritinhos, lidos como convocatórios para olhá-lo. A educadora parece perceber as gracinhas do bebê, mas não devolve o investimento usando palavras, ela sorri de forma tímida enquanto conclui o momento de cuidado. Ao colocá-lo frente a ela, o bebê continua suas vocalizações, e balbucios, e em um tom quase inaudível, Sílvia dirige algumas palavras a Martins, e ele ri, olhando-a de volta. Esse parece ser um dos raros encontros, ou de momentos de interação em que a educadora e o bebê, compartilham algo em comum.

Durante o registro videográfico, Sílvia permanece realizando os cuidados a Martins, numa comunicação mínima e parece não ser fisgada pelos atos que o bebê lhe dirige, não fornecendo palavras para o campo das significações, aspecto importante, quando falamos da constituição psíquica.

Martins por outro lado, parece-nos um bebê super disponível a interação com o Outro, oferecendo o seu corpo, o seu pé, para poder ser olhado, devorado e tomado pelo desejo materno. As vocalizações, os gritinhos e a busca ativa pelo olhar da educadora, nos apontam que Martins procura ser olhado por Sílvia, e poder se identificar a esse olhar. Corroborando com a ideia, Jacintho (2019) coloca que no processo de constituição psíquica do bebê, que passa necessariamente pelo corpo, o Outro aparece então como elemento central e que é através de seus gestos e palavras portadores de seu desejo, que a construção desse corpo pulsional vai sendo tecido e narrado.

Ainda nessa perspectiva, Albano (2011) acrescenta que ao nascer, o bebê não tem uma imagem unificada de seu corpo, ele não construiu ainda a borda entre seu corpo e o corpo do outro. Ou seja, pernas, cabeça, braços são vividos como partes separadas, não integradas - há uma simbiose e uma não diferenciação do que é o corpo do bebê e o de quem o cuida. Dessa forma, essas funções psíquicas “eu” e “outro”, não são dadas a priori e sim construídas na relação do bebê, com aquele que ocupa a função materna. Para isso, é preciso que o adulto ofereça ao bebê, uma imagem antecipadora de si, isto é, “que possa ver nele uma série de características que ainda não estão ali” possibilitando ao *infans* a constituição de um eu, enquanto instância psíquica e imagem corporal unificada. Cabe colocar que é imprescindível, que o bebê seja olhado e falado por aqueles que o cuidam, precisa que com ele e dele, e que tomem suas

demandas como apelo, atribuindo significados às suas manifestações e atos (ALBANO, 2011).

Embora Sílvia toque o corpo do bebê, nos momentos de cuidado, o que lhe falta é a significação e o banho de linguagem, promovendo a integração e o enlaçamento entre ela e Martins. Notamos também que nos momentos de desconforto do bebê e choro, a mesma não oferece palavras que poderiam trazer um apaziguamento corporal ao mesmo, permanecendo no campo da comunicação verbal mínima.

No que se refere a discussão dos indicadores do IRDI, notamos que os principais indicadores: (3) a criança reage ao manhês; (4) a educadora propõe algo à criança e aguarda sua reação; (5) há trocas de olhares entre criança e educadora; (8) a criança solicita a educadora e faz um intervalo para aguardar sua resposta; (12) a educadora dá suporte às iniciativas da criança sem poupar-lhe o esforço; (15) durante os momentos corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora; (17) educadora e criança compartilham uma linguagem particular, se fazem ausentes na relação entre Martins e Sílvia, o que nos alerta para um possível não-enlaçamento e uma não inscrição no desejo materno.

Sabemos portanto, que cada educador tem sua forma específica de se ocupar dos cuidados ao bebê, possuem seu saber, suas formas de interagir, mas no que concerne a um fazer que esteja voltado a aposta do sujeito, e as bases da constituição psíquica, podemos notar que a educadora Sílvia ainda que se ocupasse dos bebês Alceu e Martins, em seus cuidados físicos – ela não era fisgada a entrar na relação com eles, mesmo sendo bebês bastantes disponíveis ao laço com o Outro. Nos parece que o lugar de função estruturante no laço com o bebê, é um pouco dificultoso para Sílvia, que apesar de ressaltar na entrevista, o lugar do afeto na prática com os bebês, e conseguir descrever manifestações psíquicas importantes no que se refere inclusive, a imagem corporal, se inscreve numa cena que em que parece haver outros atravessamentos para que ela entre em relação, mostrando-se mais distante da vinculação.

Ainda nessa perspectiva, Montagna (2011) ressalta que,

a tarefa dos educadores, é de fato, muito complexa, pois ao mesmo tempo têm uma função estruturante para o bebê, são

profissionais e precisam encontrar um equilíbrio entre a técnica, a informação e a intuição, a espontaneidade das ações e dos gestos. Nesse sentido, as discussões de caso, os espaços de reflexão e a supervisão são os recursos que propiciam aos educadores falar de suas dificuldades, angústias e dos sentimentos que os bebês lhe suscitam para que possam elaborá-los e se reposicionar diante desse quadro. Isso permite, que o educador evite atuar seus conflitos na relação direta com o bebê.

Neste sentido, utilizar o IRDI nesta pesquisa com o objetivo de lançar luz, a como é estabelecido o laço entre educador e bebê no serviço de acolhimento institucional, nos permite pensar sobre a importância da aplicação desse protocolo em instituições, com a possibilidade de abrir espaços para a prevenção e intervenção junto a equipe que se ocupa dos cuidados dos bebês.

Para Catão (2015) a clínica com bebê testemunha a diferença entre organismo e corpo, pois sem ter ainda constituído a possibilidade de fala, o bebê se inscreve no real da carne seu sofrimento psíquico. Segundo a autora, é importante aprender a ler os sinais de sofrimento psíquico no bebê, para que se possa pensar uma intervenção a tempo, trata-se portanto, de um imperativo ético. “Não é preciso aguardar a cristalização dos sintomas em um corpo que dá sinais de seu sofrimento antes de intervir” (p. 21).

Para Jerusalinsky (2018), na atualidade a falta de detecção precoce de sofrimento psíquico não acontece, nem por negligência ou por falta de sensibilidade dos profissionais ligados aos cuidados com os bebês, mas devido à falta de conhecimento. Por isso, que trazer a discussão e como instrumento possível de leituras das relações no serviço de acolhimento, o IRDI não tem como objetivo fechar diagnósticos, mas consiste em considerar e levar a sério, a constituição psíquica do bebê e nesta pesquisa a olhar para o corpo do bebê.

PALAVRAS FINAIS

Nos encaminhamos então para o fim desta pesquisa, apostando não na construção de um saber que se feche a essa discussão, mas que a partir das questões aqui levantadas e debatidas, possa suscitar em quem ler este trabalho, inquietações em torno da temática. Digo que estudar, pesquisar e atender a bebês não é uma tarefa ou um fazer fácil, pois é preciso considerar os atravessamentos inconscientes, as histórias de quem cuida e de como fomos cuidados, é um retorno as nossas origens.

Quando falamos do serviço de acolhimento institucional, reiteramos sua função enquanto uma instituição que deve ser um espaço que propicie cuidado, e que possa garantir as crianças e adolescentes, um ambiente acolhedor e seguro, às situações de abandono ou quando a família se encontra temporariamente impossibilitada de cumprir as funções de cuidado e proteção, ficando sob a responsabilidade da tutela do Estado.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou: Compreender como se constitui o laço entre educadora e o bebê e seu corpo, numa instituição de acolhimento em Recife-PE. Fizemos um recorte específico, no que concerne a análise sobre as relações de cuidado, que se deu entre (duas) educadoras, Betânia e Sílvia com os bebês, Alceu e Martins durante os momentos de cuidados, na rotina do serviço de acolhimento. Utilizamos como percurso metodológico, a fim de poder alcançar os objetivos propostos desta pesquisa, o uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas com as educadoras citadas acima, que buscou analisar as concepções de cuidados que as mesmas tinham em relação ao bebê e seu corpo, assim como usamos o banco de dados do NINAPI, para investigar em bebês de 0 a 18 meses nessa instituição de acolhimento, a relação entre os indicadores clínicos de Riscos para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) e como se desenrola o laço educadora-bebê nesse espaço.

No que se refere, a análise das falas das educadoras nas entrevistas, foi possível notar que em relação ao eixo: como pensar o cuidado e qual lugar ocupar na relação com os bebês no serviço de acolhimento, constatamos a presença de muitas ambivalências, que atravessavam questões como a importância do afeto para o desenvolvimento psíquico e corporal do bebê, como

constatar na prática do cotidiano, cuidados que soavam mecânicos e distantes a um possível não-enlaçamento com o bebê.

Em contrapartida, as concepções de sujeito e de desenvolvimento que as educadoras evidenciaram nos discursos, fazem referência e privilegiam a constituição psíquica do bebê, num cuidado não somente orgânico, mas também de um corpo erógeno, que se entrelaça ao pulsional. Reiteramos também, a importância de que o educador exerça no cuidado com o *infans*, a função maternante, possibilitando que o bebê, possa se constituir enquanto sujeito desejante, sem que as educadoras queiram suprir a ausência materna do bebê.

Neste percurso, também utilizamos o protocolo IRDI como um norteador para as análises de 4 (quatro) episódios interativos, buscando perceber nas cenas e articular a presença de indicadores que fizessem referência a elementos da base da constituição da imagem corporal do bebê, levando em consideração o contexto da cena, e qual o perfil de cuidados que as educadoras demonstravam ter na relação com os bebês. Notamos então, a presença de um perfil de cuidado lido como sensível e disponível ao enlaçamento com o bebê, em que foi possível constatar a presença dos eixos de subjetivação imprescindíveis as bases da constituição psíquica da criança e a instauração de um corpo pulsional, em que o bebê também respondia aos investimentos dirigidos a ele. Foi percebido por outro lado, um perfil de cuidado mais voltado a higienização do corpo do bebê, em que durante os momentos da rotina, a educadora mantinha uma comunicação mínima, e não parecia tomar enquanto demanda, as manifestações psíquicas dos bebês, durante os momentos dos registros das cenas. Percebemos também, a ausência de indicadores lidos como cruciais para a montagem corporal do bebê, pondo-nos a refletir sobre o enlaçamento e o perfil de cuidados das educadoras.

Apesar de percebermos dois tipos de perfis de cuidados, que nos fazem refletir sobre a função do educador no laço com o bebê, cabe reiterar que o espaço de acolhimento pode ser compreendido como um ambiente de continuidade simbólica e sustentação do bebê. Acolher bebês “separados” não é uma tarefa fácil, pois essa relação pode trazer à tona sentimentos de potência ou também de impotência, fazendo com que o educador seja convocado a apostar e antecipar sentidos no bebê. Desta forma, faz-se importante a importância de promover um espaço de escuta aos educadores no serviço de

acolhimento, a fim de refletir sobre a prática com bebês e ressaltar o lugar da formação buscando trabalhar as nuances afetivas e relacionais que estão em jogo nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. Constituição. Lei nº 13.257, de 09 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. **Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, DF 2016.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011**: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País . Brasília: CNMP, 2013.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA/CNAS, 2006.

_____. **Plano Nacional Pela Primeira Infância**. Brasília: Rede Nacional Primeira Infância, 2010.

a_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. **Lei do Direito à Convivência Familiar**. Brasília, DF, 2009.

b_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: CONANDA/CNAS, 2009.

ALENCAR, R (Coord.). **O acolhimento de bebês**: práticas e reflexões compartilhadas. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2015.

ALBANO, Paula. **O que é um bebê?** in: ALENCAR, R (org). Entre o singular e o coletivo- o acolhimento de bebês em abrigos. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2015. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc65622482e51302a2530/1455212122762/entre_o_singular_e_o_coletivo.pdf. Acesso em: 10.mar.2022.

BAPTISTA, M. V. (Org.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

BARBOSA, Denise. C. O bebê e a creche: pode-se falar em função materna? In Barbosa, D. C. & Parlato-Oliveira, E. (Orgs.). **Psicanálise e clínica com bebês: sintoma, tratamento e interdisciplina na primeira infância**. Instituto Langage, 2010.

BRANDÃO, Daniela Bridon dos Santos Reis e KUPFER, Maria Cristina Machado. A construção do laço educador-bebê a partir da Metodologia IRDI. **Psicologia USP**. 2014, v. 25, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/FcRCwG9GTDgfvYswXv87SZL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 Jun de 2022.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer (org). **A abordagem psicanalítica infantil e suas vicissitudes**. O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição. São Paulo. Editora escuta, 2006.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF, 1990.

BRIDON, Daniela. **O bebê na creche: possibilidades educativas a partir do desejo**. São Paulo. Editora escuta. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNJ). **Estatísticas de crianças acolhidas no estado de Pernambuco**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a>. Acesso em: 10.dez.2020.

CRESPIN, Graciela. **A clínica precoce: o nascimento do humano**. São Paulo, SP: casa do psicólogo, 2004.

CUPERMAN, Lola. **Os bebês têm história**. In: ALENCAR, R (org). Entre o singular e o coletivo- acolhimento de bebês em abrigos. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2015. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/index.php>. Acesso em: 12. Jul. 2022.

DE CÉSARIS, Delia Maria Carmen. **O uso dos instrumentos IRDI e AP3 no acompanhamento da constituição da imagem corporal/especular de crianças em centros de educação infantil**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Acesso em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde155323/publico/cesaris_corrigida.pdf. Disponível em: 14.nov.2021.

ELAGE, Bruna; GÓES, Marcus; FIKS, Milton; GENTILE, Renata. **Formação de profissionais em serviços de acolhimento**. Instituto fazendo história. São Paulo, 2011.

FERREIRA, Silvia Severina. **Será o manhês uma exclusividade da função materna?** Psicanálise e clínica com bebês: sintoma, tratamento e interdisciplinar na primeira infância. (Orgs) Barbosa, Denise Carvalho; Parlato-Oliveira, Erika. São Paulo: Instituto Language, 2010.

FORMIGONI, Maria Cláudia; GENTIL, Geni. O que é uma criança para a psicanálise? **Criança: objeto ou sujeito**. Quinze anos da rede de pesquisa psicanálise e infância do FCL-SP. PACHECO, Ana Laura Prates, OLIVEIRA, Beatriz (organizadoras). Editora escuta, São Paulo, 2016.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905) In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Vol. VII.

GOLSE, Bernard. **Sobre a psicoterapia pais-bebê: narratividade, filiação e transmissão**. Tradução: CATÃO, Inês; FERNANDES, Maria Auxiliadora, CASTILHO, Julia; ARAGÃO, Regina. São Paulo. Casa do psicólogo, 2003.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. **Novos rumos do acolhimento institucional- NECA**. Associação dos pesquisadores de núcleos de estudos e pesquisas sobre a criança e o adolescente. São Paulo, 2010.

JACINTHO, Ana Francisca Lunardelli. **Psicanálise e instituições para a primeira infância: a experiência de um espaço de acolhimento**. São Paulo. Editora escuta/Fapesp. 2019.

JERUSALINSKY, Julieta. Detecção precoce de sofrimento psíquico versus patologização da primeira infância: face à lei nº 13.438/17, referente ao estatuto da criança e do adolescente. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 83-99, abr. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-712820100100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 dez. 2020.

KUPFER, Maria Cristina Machado et al. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.

KUPFER, Maria Cristina; M., BERNARDINO, Leda Maria Fischer; MARIOTTO, Rosa Marinni. **Psicanálise e ações de prevenção na primeira infância**. São Paulo, editora escuta, 2012.

Lacan, J. “**Nota sobre a criança** (1969). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Lacan, J. “**O estádio do espelho como formador da função do eu (1949)** In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. A infância e a educação nos tempos sombrios do narcisismo. **Anais do colóquio franco-brasileiro**, Universidade de Paris XIII, 2001.

Marin, I. S. K. (2011). Prefácio do documento **Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos**. Nogueira, F. (org). Instituto Fazendo História.

MARIOTTO, R. M. M.; PESARO, M. E. O roteiro IRDI: sobre como incluir a ética da psicanálise nas políticas públicas. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 99-113, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v23i1p99-113. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/144616>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Atender cuidar e prevenir: A creche, a educação e a psicanálise. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 34-47, jun. 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282003000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 dez. 2020.

MARIOTTO, Rosa Maria Marini. **Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês**. São Paulo, editora escuta. 2006.

MARTINS, D. C. **Estatuto da criança e do adolescente e política de atendimento**. Curitiba: Juruá, 2005.

MEIRA, Luciano. Análise microgenética e videografia: ferramentas de pesquisa em psicologia cognitiva. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 59-71, dez. 1994. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X199400300007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 11 jan. 2020.

MOURA, Gabriella Garcia; AMORIM, Kátia Souza. A (in) divulgação dos benefícios na discussão sobre o acolhimento institucional. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 2, pág. 235-245, junho de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14137372201300020005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de julho de 2022.

PALUZZI, S. **Manual de psicologia**. Roma: urbaniana University Press, 1999.

PEDROSA, M. I.; CARVALHO, A. M. A. Análise qualitativa de episódios de interação: uma reflexão sobre procedimentos e formas de uso. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.18, n. 3, p. 431-442, jan. 2005.

RICHARDSON, Roberto Jerry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Editora: Puc-Rio. São Paulo, Loyola, 2004.

SANTOS, Maria Carolina Marques dos. **A qualidade dos cuidados aos bebês e crianças pequenas em contexto de acolhimento institucional**: diálogos com a abordagem Pikler. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco, 2020.

SAURET, M.J. **O infantil e a estrutura**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TORRES, L. H. **A casa da roda dos expostos na cidade de Rio Grande, RS**: Biblos, 2006.

VILLACHAN-LYRA, P. **Relação de apego mãe-criança**: um olhar dinâmico e histórico-relacional. 2007. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em

Psicologia Cognitiva, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ZORNIG, S. A.-J. Reflexões sobre uma ética do cuidado na primeira infância. **Primórdios- cprj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.15-26, ago. 2010. Disponível em: https://www.cprj.com.br/primordios/15-26_reflexoes.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

Winnicott, D. W. (2006). O recém-nascido e sua mãe. In Winnicott, D. W. [Autor], **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964).

APÊNDICES

Apêndice A- Indicadores do IRDI referentes a constituição da imagem corporal⁸ do bebê

Indicador 3. A criança reage ao manhês.

Indicador 4. A educadora propõe algo à criança e aguarda sua reação.

Indicador 5. Há trocas de olhares entre a criança e a educadora.

Indicador 8. A criança solicita a educadora e faz um intervalo para aguardar sua resposta.

Indicador 9. A educadora fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases.

Indicador 10. A criança reage (sorri, vocaliza) quando a educadora ou outra pessoa está se dirigindo a ela.

Indicador 11. A criança procura ativamente o olhar da educadora.

Indicador 12. A educadora dá suporte às iniciativas da criança sem poupar-lhe o esforço.

Indicador 13. A criança pede ajuda de outra pessoa sem ficar passiva.

Indicador 15. Durante os cuidados corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora.

Indicador 17. Educadora e criança compartilham uma linguagem particular.

Indicador 20. A criança faz gracinhas.

Indicador 21. A criança busca o olhar de aprovação do adulto.

Indicador 31. A criança diferencia objetos da educadora e próprios.

⁸ Estes 14 indicadores foram selecionados, levando em consideração o eixo de imagem corporal do IRDI. Esse recorte, foi feito na pesquisa de doutorado por De Césarís (2013) e optamos nessa pesquisa por adaptar as palavras mãe e pai, para educadoras. Além do mais foram utilizados como indicadores-norteadores para análise dos registros videográficos, do banco de dados desta pesquisa.

Apêndice B- Roteiro de entrevista direcionada às educadoras

Iniciais: _____

Trabalha há quanto tempo nessa função? _____

Formação: _____

- 1) Como se deu a escolha de ser educadora de bebês?
- 2) Como é sua rotina de trabalho?
- 3) Você fica responsável por quantas crianças?
- 4) O que você acha que é importante, para que um bebê se desenvolva?
- 5) Como você acha que o bebê brinca com o corpo?
- 6) Na sua visão, como o bebê pode desenvolver o reconhecimento do seu corpo?
- 7) Na casa de acolhimento, há um educador de referência para cada bebê?
- 8) Como é para você se despedir do bebê, no fim do expediente?
- 9) Você costuma participar de formações sobre o desenvolvimento da criança?
- 10) Se pudesse mudar, o que mudaria no seu trabalho com os bebês no acolhimento?
- 11) Como é para você, a chegada de um bebê “novo” no acolhimento?

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevistas com as educadoras sociais

EU, _____, RG _____ declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa referente ao projeto intitulado “O QUE COMUNICA O CORPO DO BEBÊ? Metodologia IRDI e constituição do laço educador- bebê no serviço de acolhimento”. Desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Fui informado(a) de que a pesquisa é realizada pela pesquisadora principal Mayara Pérola Maciel dos Santos, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Pompéia Villachan-Lyra, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.

A pesquisa tem por objetivo geral sendo o objetivo geral: Compreender como se constitui o laço entre educadora e o bebê e seu corpo, numa instituição de acolhimento em Recife-PE. E como objetivos específicos: a) Analisar as concepções que as educadoras sociais/cuidadoras têm da relação estabelecida com o corpo do bebê no serviço de acolhimento; b) Descrever como se dá o laço entre educadora e bebê, durante os momentos de cuidados na rotina; c) Analisar a partir dos registros videográficos como se dá o enlaçamento entre educadora/cuidadora e bebê no serviço de acolhimento, tendo como referência os indicadores do IRDI (Indicadores Clínicos de Riscos de sofrimento Psíquico) que articulam constituição psíquica e imagem corporal.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com educadoras sociais que atendem à faixa etária indicada e de observação da instituição para conhecimento da sua realidade. A entrevista será agendada em momento de disponibilidade da educadora e acontecerá no formato on-line, devido a Covid-19. As entrevistas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam identificar os participantes não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas é esperado que traga benefícios para a organização do sistema de acolhimento institucional.

Fui esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicada, poderei contatar a pesquisadora principal pessoalmente ou por meio do telefone (81) 991269078 ou via email: mayaraperolam@gmail.com.

Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes dos participantes não serão identificados em nenhum momento. As informações serão utilizadas para elaboração de dissertação de mestrado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos. Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RECIFE, ____ de _____ 2022.

Assinatura da responsável

Assinatura da pesquisadora

ANEXO

Quadro 1- IRDI adaptado para uso no serviço de acolhimento institucional

INDICADORES	
0 a 4 meses	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando a criança chora ou grita, a educadora sabe o que ela quer. 2. A educadora fala com a criança num estilo particularmente dirigido a ela (manhês). 3. A criança reage ao manhês? 4. A educadora propõe algo à criança e aguarda a sua reação. 5. Há trocas de olhares entre a criança e a educadora.
4 a 8 meses	<ol style="list-style-type: none"> 6. A criança começa a adaptar-se à rotina da instituição. 7. A criança utiliza sinais diferentes para expressar suas diferentes necessidades. 8. A criança solicita a educadora e faz um intervalo para aguardar sua resposta. 9. A educadora fala com a criança dirigindo-lhe pequenas frases. 10. A criança reage (sorri, vocaliza) quando a educadora ou outra pessoa está se dirigindo a ela. 11. A criança procura ativamente o olhar da educadora. 12. A educadora dá suporte às iniciativas da criança sem poupar-lhe o esforço. 13. A criança pede a ajuda de outra pessoa sem ficar passiva.
8 a 12 meses	<ol style="list-style-type: none"> 14. A educadora percebe que alguns pedidos da criança, podem ser uma forma de chamar a sua atenção. 15. Durante os cuidados corporais, a criança busca ativamente jogos e brincadeiras amorosas com a educadora. 16. A criança demonstra gostar ou não de alguma coisa. 17. Educadora e criança compartilham uma linguagem particular. 18. A criança estranha pessoas desconhecidas para ela. 19. A criança possui objetos prediletos na instituição. 20. A criança faz gracinhas. 21. A criança busca o olhar de aprovação do adulto. 22. A criança aceita alimentação semi-sólida, sólida e variada.

12 a 18 meses	<p>23. A educadora alterna momentos coletivos com momentos de dedicação exclusiva à criança.</p> <p>24. A criança suporta bem as breves ausências da educadora e reage às ausências prolongadas.</p> <p>25^a. A criança se interessa pelo corpo da educadora.</p> <p>25b. A educadora oferece brinquedos como alternativa para o interesse da criança por seu corpo.</p> <p>26. A educadora já não se sente obrigada a satisfazer tudo o que a criança pede.</p> <p>27. A criança olha com curiosidade para o que interessa à educadora.</p> <p>28. A criança gosta de brincar com objetos usados pela educadora e pelos outros.</p> <p>29. A educadora começa a pedir à criança que nomeie o que deseja, não se contentando apenas com gestos.</p> <p>30. A educadora coloca pequenas regras de comportamento para a criança.</p> <p>31. A criança diferencia objetos próprios dos de outras pessoas.</p>
----------------------	--